

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GERONTOLOGIA**

**PERCEPÇÕES SOBRE UM PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL DE PESSOAS
IDOSAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA
PERMANÊNCIA**

CLAUDIA ANDREA BARBOSA

**SÃO CARLOS
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GERONTOLOGIA**

CLAUDIA ANDREA BARBOSA

**PERCEPÇÕES SOBRE UM PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL DE PESSOAS
IDOSAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA
PERMANÊNCIA**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gerontologia, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Gerontologia

Orientador: Prof. Dr. Wilson José Alves Pedro.

SÃO CARLOS

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Gerontologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Cláudia Andréa Barbosa, realizada em 15/12/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Wilson José Alves Pedro (UFSCar)

Profa. Dra. Marisa Silvana Zazzetta (UFSCar)

Profa. Dra. Heloisa Crislina Figueiredo Frizzo (UFTM)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Gerontologia.

AGRADECIMENTOS

Quando iniciei o curso de mestrado, estava ciente de que não seria uma tarefa fácil. Afinal, vivíamos em plena pandemia da COVID-19, cercados por uma atmosfera de insegurança e incertezas. Enfrentávamos desafios e obstáculos inéditos. Eram tempos que exigiam coragem e resiliência de todos nós.

Trilhar o caminho do mestrado nessas condições muitas vezes se mostrou tortuoso e complexo. No entanto, chegar até aqui só foi possível graças ao apoio e à força de várias pessoas, bem como de uma força maior do que nós. Dedico, de maneira especial, este projeto de vida a elas.

Primeiramente e acima de tudo, a Deus, por ter me mantido firme durante este projeto de pesquisa, concedendo-me saúde e determinação para chegar até o final.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Wilson Pedro, por todo seu conhecimento, apoio e encorajamento. Sua disponibilidade, principalmente ao aceitar me guiar neste processo de pesquisa, foi fundamental.

À minha família, em especial ao meu irmão Matheus – meu presente de Deus e melhor amigo – e à minha tia Eloiza, minha segunda mãe. Ambos estiveram ao meu lado, fortalecendo minha confiança e fé durante esta jornada.

À minha melhor amiga Eliana, que me apoiou nos momentos decisivos, desde o primeiro até o último dia do curso.

Por último, mas definitivamente não menos importante, à Silvia Barbosa, minha mãe, que me ensina diariamente, que constantemente me surpreende de forma positiva e que me apoiou de forma incondicional em todo o processo do mestrado. Nos momentos mais difíceis, ela ofereceu seu colo e se tornou meu refúgio.

RESUMO

Este estudo busca explorar a compreensão de como a tecnologia é utilizada na vida de pessoas idosas que residem em instituições de longa permanência. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, por meio da metodologia de estudo de caso. Os participantes são colaboradores e pessoas idosas com 60 anos ou mais, que estão institucionalizadas e que fazem parte do projeto de inclusão digital em uma Instituição de Longa permanência (ILPI), na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, Brasil. A relevância desta pesquisa é destacada pelo contexto global moldado pelo desafio sem precedentes da pandemia da COVID-19. O SARS-CoV-2, conhecido como novo Coronavírus, que desencadeou a COVID-19, uma doença respiratória infecciosa de alto risco, como designada pela OMS. A pandemia teve um impacto profundo em todo o mundo, afetando pessoas em diversas nações. As pessoas idosas demonstraram ser particularmente vulneráveis ao vírus. A resposta inicial à pandemia foi marcada pela incerteza, devido à falta de tratamentos eficazes. A OMS recomendou medidas de distanciamento social para conter a disseminação do vírus e aliviar a pressão sobre os sistemas de saúde globalmente. Muitos países impuseram o isolamento compulsório, principalmente para os grupos de maior risco, como as pessoas idosas, suspendendo atividades não essenciais e restringindo a circulação. Isso resultou em desafios significativos de distanciamento e isolamento, impactando profundamente a vida das pessoas. Estratégias foram direcionadas para reduzir esse isolamento, e a tecnologia desempenhou um papel crucial. A adaptação das pessoas idosas ao uso de tecnologias digitais representou uma transição abrupta, exigindo esforço adicional para se familiarizarem com essas ferramentas, visando a preservação de sua segurança, independência e socialização. Neste contexto, este estudo investiga a inclusão digital como uma ferramenta essencial na vida das pessoas idosas em instituições de longa permanência. A pesquisa contribui para o entendimento da crescente importância da inclusão digital na sociedade atual, não apenas promovendo a socialização, mas também sendo uma valiosa ferramenta para enfrentar desafios, como os vivenciados durante a pandemia da COVID-19, e para lidar com eventuais dificuldades futuras. Portanto, representa um passo significativo na compreensão das necessidades e dos benefícios potenciais da inclusão digital para as pessoas idosas em contextos de longa permanência.

Palavras-chave: Pessoas Idosas institucionalizadas; COVID-19; Inclusão Digital.

ABSTRACT

This study aims to explore the understanding of how technology is used in the lives of elderly people residing in long-term care institutions. The research adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, through the case study methodology. The participants are collaborators and elderly individuals aged 60 years or older, who are institutionalized and part of the digital inclusion project at the Long-Term Institution (ILPI), in the city of Ribeirão Preto, state of São Paulo, Brazil. The relevance of this research is highlighted by the global context shaped by the unprecedented challenge of the COVID-19 pandemic. SARS-CoV-2, known as the novel Coronavirus, triggered COVID-19, a highly risky infectious respiratory disease, as designated by the WHO. The pandemic had a profound impact worldwide, affecting people in various nations. The elderly proved to be particularly vulnerable to the virus. The initial response to the pandemic was marked by uncertainty due to the lack of effective treatments. The WHO recommended social distancing measures to contain the spread of the virus and relieve pressure on global health systems. Many countries imposed compulsory isolation, especially for higher-risk groups such as the elderly, suspending non-essential activities and restricting movement. This resulted in significant distancing and isolation challenges, deeply impacting people's lives. Strategies were directed to reduce this isolation, and technology played a crucial role. The adaptation of the elderly to the use of digital technologies represented an abrupt transition, requiring additional effort to familiarize themselves with these tools, aiming to preserve their safety, independence, and socialization. In this context, this study investigates digital inclusion as an essential tool in the lives of the elderly in long-term care institutions. The research contributes to the understanding of the growing importance of digital inclusion in today's society, not only promoting socialization but also being a valuable tool to face challenges, such as those experienced during the COVID-19 pandemic, and to deal with potential future difficulties. Therefore, it represents a significant step in understanding the needs and potential benefits of digital inclusion for the elderly in long-term care contexts.

Keywords: Institutionalized elderly people; COVID-19; Digital Inclusion.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMISTRUTURADA – PROFISSIONAIS	63
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMISTRUTURADA – RESIDENTES	65
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFISSIONAIS	67
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RESIDENTES	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABG – Associação Brasileira de Geriatria
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AVD – Atividade de Vida Diária
CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CDI – Centro Dia do Idoso
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DCNT – Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DRADS – Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
EACH – Escola de Artes, Ciências e Humanidades
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPI- Instituição de Longa Permanência para Idosos
IPESPE – Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas
NTIC – Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
OMS – Organização Mundial de Saúde
PPGgero - Programa de Pós-Graduação em Gerontologia
RAS – Rede de Atenção em Saúde
RDC – Resolução da Diretoria Colegiada
RSI – Regulamento Sanitário Internacional
SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SEAS – Secretaria Estadual de Assistência Social
SUAS- Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
UFSCar- Universidade Federal de São Carlos
USP- Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Identificação Participantes Pessoas Idosas Residentes.....	41
Quadro 2 – Caracterização dos profissionais da ILPI	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A PANDEMIA DA COVID-19 E O ESTÍMULO AO MUNDO DIGITAL	13
3 O PAPEL DA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS	18
3.1 Desafios das ILPIs	21
3.2 Legislação sobre as ILPIs	22
4 O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	26
4.1 Benefícios das Novas Tecnologias para as Pessoas Idosas	27
4.2 Desafios para os Pessoas Idosas na Era Digital	30
5 OBJETIVO	33
5.1 Objetivo geral	33
5.2 Objetivos específicos	33
6 MÉTODO	34
6.1 Tipo de pesquisa	34
6.2 Contexto do local do estudo	35
6.3 Participantes	36
<i>6.3.1 Critérios de inclusão e exclusão</i>	<i>37</i>
6.4 Procedimentos	37
<i>6.4.1 Coleta de dados</i>	<i>38</i>
<i>6.4.2 Análise e interpretação dos dados</i>	<i>39</i>
6.5 Aspectos Éticos	40
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES	41
7.1 Participantes (n=5)	41
<i>7.1.1 Caracterização do Perfil (n=5)</i>	<i>41</i>
<i>7.1.2 Perguntas abertas (n=5)</i>	<i>43</i>
<i>7.1.3 Perguntas fechadas (n=5)</i>	<i>47</i>
7.2 Participantes (n=2)	49
<i>7.2.1 Caracterização do Perfil (n=2)</i>	<i>49</i>
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMISTRUTURADA – PROFISSIONAIS	63

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMISTRUTURADA – RESIDENTES	65
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFISSIONAIS	67
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RESIDENTES	71

1 INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado do programa de Pós-graduação em Gerontologia (PPGGero) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), origina-se como produto de um complexo e desafiador processo profissional e pessoal, vivenciado durante o auge da pandemia da COVID-19.

Além das questões profissionais e também pessoais vivenciadas durante tal período pandêmico, que trouxe inúmeras incertezas para a pesquisadora em si, retornar ao ambiente acadêmico justamente em um período tão complexo e desafiador, além da passagem de três décadas entre a conclusão do curso de graduação de Serviço Social para o início do curso de mestrado em Gerontologia, foi uma experiência que provocou diferentes emoções ao longo da trajetória.

A temática escolhida resultou do interesse da pesquisadora enquanto trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no âmbito do serviços de Proteção Social Especial, sobretudo nos momentos de reflexão e inquietação sobre os atendimentos para as pessoas idosas, que se viram completamente isoladas e com suas rotinas de vida paralisadas no período de pandemia da COVID-19, principalmente as pessoas idosas institucionalizadas.

Como manter os serviços, como prestar os atendimentos, como fortalecer os vínculos sociais e familiares, fazendo com que a pessoa idosa institucionalizada, com os limites institucionais existentes, não estivesse a margem da exclusão em uma sociedade que tem se mostrado cada vez mais dependente das novas tecnologias da comunicação e informação?

Além da pesquisa refletir o desejo da pesquisadora de enriquecer e ampliar seus conhecimentos, buscando aperfeiçoar e aprofundar o atendimento junto as demandas e necessidades da pessoa idosa, junto à sua atuação profissional como assistente social e mestrandia de Gerontologia, trouxe também para a pesquisadora, elementos para reflexão sobre a implementação e continuidade de projetos de inclusão digital para a terceira idade. Sendo este então, o objetivo principal da presente pesquisa, onde busca-se compreender os benefícios e os desafios que o projeto de inclusão digital apresenta, dentro dos limites institucionais para pessoas idosas institucionalizada.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa de um estudo de caso, em uma instituição que, conforme Minayo (2016), fornece respostas a questões

particulares, voltando-se para o universo dos significados. Entende-se que essa modalidade foi a mais adequada, já que intencionava apreender a compreensão que as/os profissionais de Serviço Social possuem sobre certa temática e como a vivenciam no trabalho profissional. Para tanto, a pesquisa ocorreu a partir da busca pela aproximação e aprofundamento teórico e conceitual acerca das temáticas centrais que possibilitaram embasamento para a apreensão e análise dos dados na realidade. A metodologia foi composta pela realização de revisão bibliográfica, de pesquisa de campo através de entrevistas e de análise de conteúdo.

2 A PANDEMIA DA COVID-19 E O ESTÍMULO AO MUNDO DIGITAL

No mês de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, China, um surto de pneumonia causada pelo agente identificado como o novo coronavírus (SARS-CoV-2) resultou em um número significativo de casos. Este vírus deu origem à doença conhecida como COVID-19, representando um desafio substancial e desconhecido. No início de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) oficializou a presença do novo coronavírus e, até o final do mesmo mês, declarou o surto como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o mais alto nível de alerta conforme estipulado no Regulamento Sanitário Internacional (RSI), sendo definido como um "evento extraordinário que pode representar um risco para a saúde pública de outros países devido à disseminação internacional de doenças, e que potencialmente exige uma resposta internacional coordenada e imediata" (OPAS, 2020).

À medida que muitos surtos ocorriam simultaneamente em escala global, o cenário de uma pandemia foi estabelecido com o nome de COVID-19, logo em março de 2020, sendo considerada a primeira pandemia do século XXI. A partir desse momento, os principais desafios nas áreas sanitária, econômica, social, política, cultural, científica e ética começaram a surgir de forma acelerada, com o avanço da doença de maneira sem precedentes e a falta de respostas eficazes para o seu combate. Esses desafios foram agravados pelas desigualdades estruturais presentes em cada país ou população, em diversos contextos e formas de enfrentamento.

No contexto brasileiro durante o período mencionado, todas as informações estavam acessíveis a pessoas ao redor do mundo, por meio dos veículos de imprensa que forneciam matérias pertinentes. Neste cenário, o carnaval, uma festividade amplamente popular e reconhecida como o maior espetáculo ao ar livre do planeta, ocorreu sem restrições ou advertências à população. No entanto, em 26 de fevereiro de 2020, na Quarta-Feira de Cinzas, foi identificado e divulgado de maneira discreta o primeiro caso de COVID-19 em solo brasileiro: um homem de 61 anos que havia retornado de uma viagem à Itália para a cidade de São Paulo. Subsequentemente, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro óbito em 12 de março, referente a uma mulher de 57 anos que estava hospitalizada em uma unidade municipal na capital paulista. Além disso, dentro do círculo familiar da vítima, outras quatro pessoas vieram a óbito em um período de 50 dias (VERDÉLIO, 2020).

Com a confirmação das primeiras mortes, no início de março de 2020, a Câmara dos Deputados aprovou um decreto legislativo para reconhecer o estado de calamidade pública no país, permitindo o aumento de gastos no enfrentamento da pandemia (BRASIL, 2020).

O avanço da doença e os primeiros registros de óbitos no país levaram estados e municípios a implementarem as primeiras medidas de isolamento. Isso se deu devido à dificuldade de coordenação nacional na resposta à pandemia, que foi agravada pela disseminação de informações falsas e pela instabilidade no cargo de Ministro da Saúde, que mudou três vezes em um curto período de três meses. Dessa forma, na segunda metade do mês de março, o Brasil debatia a possibilidade de adotar medidas de fechamento de cidades (*lockdown*). Isso ocorreu porque não havia um plano nacional abrangente para mobilização e implementação de estratégias de distanciamento social, como ocorreu em outros países que adotaram uma série de intervenções para reduzir a transmissão do novo coronavírus e conter a progressão acelerada e intensa da pandemia.

O Brasil é um país de vastas proporções territoriais, abrigando cerca de 220 milhões de habitantes (IBGE, 2023) e apresentando complexas questões sociais. Essa realidade dificulta a viabilidade de um fechamento completo de serviços e o confinamento de toda a população em suas residências.

Se em 2018, os dados indicaram que aproximadamente 25% dos brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2019), no ano de 2021, houve um aumento recorde e atinge 29,4%, maior nível desde 2012 (IBGE, 2023).

Uma das medidas propostas foi o distanciamento social, com o intuito de conter os riscos de contaminação. Para alcançar esse objetivo, foram adotadas ações como o fechamento de escolas, a recomendação do teletrabalho, a suspensão de determinados tipos de comércio e prestação de serviços, além do cancelamento de eventos presenciais.

A população idosa foi classificada como o "grupo de risco"¹ preferencial à pandemia do novo coronavírus, conforme destacam Matta et al., 2020, devido aos potenciais fatores de risco, como doenças cardiovasculares, diabetes mellitus,

¹ Observa-se que este o conceito tende a promover estigma e discriminação contra grupos sociais já vulneráveis em termos de direitos, bem como negligencia condições de vida e acesso a serviços e programas de saúde, daí o destaque de seu uso entre aspas, e frequentemente utilizado, apesar das advertências em especial do campo da saúde coletiva.

doenças pulmonares crônicas, imunossupressão, obesidade, doença renal crônica e doença hepática crônica. No entanto, é importante ressaltar que, até então, nenhuma parcela da população estava imune à COVID-19.

É importante ressaltar que, ao longo desse processo, evidenciou-se a falta de representação e voz da população idosa. Esta parcela da sociedade desempenhou um papel ambivalente no enfrentamento da pandemia, oscilando entre protagonista, ao ser preservada e protegida, e figurante, ao tornar-se invisível e inaudível, especialmente no que diz respeito à sua forma de organizar a vida, gerir relações sociais, manter atividades de trabalho e sustentar vínculos familiares, entre outros aspectos, visando a sobrevivência e buscando superar as adversidades sócio sanitárias de grande impacto na vida pessoa e coletiva.

Conforme analisado por Gil (2019), as restrições impostas pelas autoridades e as recomendações de cientistas e profissionais de saúde, principalmente em relação à mobilidade e ao contato social, provocaram transformações significativas na dinâmica da vida social, resultando em uma complexidade de relações e habilidades. Isso se manifestou na criação de soluções *online* abrangendo diversos aspectos da vida. A habilidade de utilizar computadores ou dispositivos móveis foi crucial, abrangendo desde a participação em reuniões e eventos virtuais, tanto de natureza profissional quanto pessoal, até o desenvolvimento de estratégias para cuidados e manutenção da qualidade de vida. Isso contrasta com outros segmentos da população que já estavam plenamente integrados na era digital.

A literatura aponta que indivíduos nascidos em um contexto social onde as tecnologias digitais estavam amplamente disponíveis são considerados por si só nativos digitais. Por outro lado, aqueles que se adaptaram, ou estão em processo de adaptação, à nova realidade tecnológica são identificados como imigrantes digitais. O impacto na rotina de vida das pessoas idosas foi notavelmente substancial e súbito, criando, assim, uma legião de imigrantes digitais.

Dessa forma, a pandemia da COVID-19 estimulou uma nova realidade a toda a população, modificando as maneiras de se relacionar e lidar com as demandas cotidianas de cada indivíduo. Não se identificou uma alternativa que atendesse de forma abrangente às necessidades e possibilidades existentes senão o emprego das novas tecnologias da informação e comunicação.

Assim, as pessoas idosas, ao vivenciarem a pandemia da COVID-19, enfrentaram a necessidade de transição do mundo presencial para o digital. Em

muitos casos, essa transição ocorreu sem o devido domínio das habilidades digitais, incluindo alfabetização digital, acesso à internet e proficiência no uso de dispositivos qualificados. Esse cenário representou um dos maiores e mais complexos desafios, essencial para a preservação da vida em tempos de pandemia, garantindo a continuidade das atividades cotidianas. Tal lógica ressalta a vulnerabilidade da vida e a importância de focar não apenas no que se deseja, mas no que necessita ser realizado (MOL, 2008).

Para as pessoas idosas que já estavam residentes em instituições de longa permanência e não possuíam proficiência ou conhecimento prévio em relação às novas tecnologias da informação e comunicação, o período se revelou ainda mais desafiador.

Assim, a pandemia da COVID-19 acelerou de maneira substancial e em proporções inesperadas a necessidade de adotar as novas tecnologias de comunicação em todas as faixas etárias da população, especialmente entre as pessoas idosas, que se viram compelidos a aderir e manter o isolamento social. Diante desse cenário, buscou-se compreensão dos aspectos do processo de inclusão digital para as pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência. É inerente a importância de desenvolver e viabilizar formas alternativas de acesso às Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC), especialmente em tempos que seja necessário o isolamento social, como ocorreu na pandemia da COVID-19. Buscou-se entender como esse grupo lidou com a capacidade de utilizar e compreender informações e recursos em vários formatos, assimilando as tecnologias e seu senso de pertencimento à sociedade.

Este estudo está inserido na linha de pesquisa em Gestão, Tecnologia e Inovação em Gerontologia do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da UFSCar. Tem como objetivo compreender a utilização das tecnologias de informação e comunicação pelas pessoas idosas institucionalizadas, considerando a experiência do Projeto de Inclusão Digital para a Terceira Idade em um município do interior do Estado de São Paulo.

O Estatuto da pessoa idosa prevê no Art. 21. que:

O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados". Ainda conforme o parágrafo primeiro deste artigo: "os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às

técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna (BRASIL, 2003).

A Inclusão Digital refere-se ao processo de facilitar o acesso, conhecimento e uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC), possibilitando a integração das pessoas idosas no contexto digital (PEDRO, 2021).

O presente material apresenta um estudo que investigou as percepções e dimensões da inclusão digital entre as pessoas idosas residentes na Instituição de Longa permanência (ILPI) localizada em um município do interior do Estado de São Paulo, com foco na caracterização das visões de profissionais e residentes dessa instituição. A visibilidade das práticas e experiências nesse contexto necessita de análise e atenção.

A pesquisa busca responder a questões essenciais, tais como: quais iniciativas têm sido implementadas para capacitar as pessoas idosas institucionalizadas a reduzir os impactos sociais e promover sua inclusão e participação? De que maneira as novas tecnologias da informação e comunicação contribuem para esse processo? Quais são os principais desafios enfrentados? Como os profissionais e os residentes de uma ILPI lidam com essas demandas?

Espera-se que ao analisar essas experiências, com o propósito de difundir o conhecimento do projeto em estudo e proporcionar novos modelos e oportunidades de inclusão digital em outras instituições, replicando boas práticas de acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação para as pessoas idosas institucionalizadas, possa-se estabelecer caminhos e alternativas que fomentem a qualidade de vida e a cidadania.

3 O PAPEL DA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

A política de assistência social foi marcada por muito tempo, pelas práticas assistencialistas e ações de filantropia, onde a questão da pobreza era comparada como a incapacidade do indivíduo prover suas necessidades e longe de estar associado as desigualdades sociais que o sistema capitalista provoca na sociedade.

Com a promulgação da CF/88 impulsionada pelo contexto de mudanças e discurso de sociedade igualitária, ocorrem mudanças no sistema de proteção social brasileiro, com o tripé da seguridade social destacado no artigo 194 da CF, composto pelas políticas sociais de Saúde, Previdência Social e Assistência Social, quando então de fato esta última, ganha o status de política pública garantida pelo poder público.

O Art. 194 da CF/88 prevê que: A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.(CF, 1988)

Ao contrário da política de Saúde, que garante o acesso igualitário a todos os indivíduos e ao contrário da política de Previdência Social de caráter contributivo, a política de Assistência Social foi definida com a garantia de mínimos sociais para indivíduos em condição de vulnerabilidade social.

No entanto, a política de assistência social só foi regulamentada em 1993, com a promulgação da Lei 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que por sua vez, no ano de 2011, foi alterada por meio da Lei 12.435, institucionalizando a Política de Assistência Social por meio do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, que se organiza por serviços que integram os níveis de proteção social da Assistência Social, com vistas a responder de forma complementar as mais variadas formas de vulnerabilidade social e risco vivenciadas pela população.

Podemos dizer que a partir de então, o SUAS veio concretizar um novo modelo de gestão de proteção social, que passou a orientar de forma normativa, como estados e municípios irão organizar a oferta destes serviços.

O primeiro nível de proteção refere-se à Proteção Social Básica que prevê um conjunto de programas, projetos, serviços e benefícios de caráter eventual ou continuada, que tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos

familiares e comunitários. A unidade de referência para oferta dos serviços é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

O segundo nível de proteção refere-se à Proteção Social Especial que opera um conjunto de ações voltadas para o atendimento de indivíduos e famílias com direitos violados, em situação de risco pessoal e social por ocorrência de maus tratos, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, abandono, situação de rua, entre outros. A unidade de referência para oferta dos serviços é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Esse nível de proteção se subdivide em dois níveis de complexidade: os Serviços de Média complexidade e Alta Complexidade, este último onde estão alocados os serviços de acolhimento institucional, no caso específico da pesquisa, as instituições de longa permanência para pessoas idosas.

As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) no Brasil desempenham um papel crucial no cuidado e na assistência a uma parcela significativa da população idosa do país. Essas instituições, anteriormente popularizadas como casas de repouso ou asilos, têm como objetivo principal proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para pessoas idosas que, por diversas razões, não podem mais viver de forma independente em seus lares.

No Brasil, o crescimento da população idosa nas últimas décadas tem gerado uma maior demanda por serviços de cuidado a esse grupo etário. Fatores como o aumento da expectativa de vida e mudanças nos padrões familiares, com a diminuição do número de filhos por família e a necessidade de ambos os cônjuges trabalharem, têm contribuído para a busca por alternativas de cuidado para os idosos.

A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) introduziu o termo Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) para destacar a natureza híbrida dessas entidades, que agora não se limitam apenas à assistência, mas também prestam cuidados de saúde. Embora a nova denominação tenha substituído os termos antigos como asilo, abrigo, casa de repouso, lar, entre outros, é importante notar que o regulamento interno e a administração dessas instituições não necessariamente sofreram alterações (CREUTZBERG, et al.; 2008).

Costa (2004) explica que o processo de envelhecimento populacional, aliado à prolongada sobrevivência de indivíduos com limitações físicas, cognitivas e mentais, demandou uma redefinição do papel dos asilos, que passam a integrar não apenas a rede de assistência social, mas também a rede de cuidados em saúde. Nesse

contexto, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) propôs inicialmente a adoção do termo "Instituição de Longa Permanência para Idosos" para refletir essa nova função híbrida dessas instituições. Tal denominação representa uma adaptação do termo empregado pela Organização Mundial de Saúde, "*Long-Term Care Institution*".

No tocante à abrangência e característica do serviço oferecido, existe uma evolução que culminou na denominação de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Anteriormente, os estabelecimentos que acolhiam pessoas idosas eram referidos como asilos, sendo reconhecidos como locais de assistência social destinados a acolher indivíduos em situação de carência, como mendigos, crianças abandonadas, órfãos e idosos, tanto para provisão de sustento quanto para educação. Portanto, o termo "asilos" remetia à ideia de refúgio, abrigo e proteção, independentemente de seu propósito social, político ou de cuidados relacionados a dependências físicas e/ou mentais (RODRIGUES e SILVA, 2013).

Segundo a ANVISA (2020) "as ILPIs são instituições governamentais e não governamentais destinadas a propiciar atenção integral em caráter residencial com condições de liberdade e dignidade, cujo público-alvo são as pessoas acima de 60 anos".

As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) possuem papel essencial na garantia dos direitos para parte da população idosa brasileira. Originadas de ações de caridade cristã que visavam dar abrigo a pessoas em situação de vulnerabilidade, estas instituições estão sendo ressignificadas como um local de residência coletiva para pessoas idosas (CAMARANO e KANSO, 2010).

Atualmente tais espaços assumem a responsabilidade de prestar atendimento integral a pessoas a partir dos sessenta anos ou mais, oferecendo suporte e cuidado em situações em que elas perdem ou não possuem vínculos com sua rede social. Atendem tanto a indivíduos dependentes quanto independentes, que não dispõem de condições para permanecer com a família ou sozinhos em seus domicílios.

As ILPIs são regulamentadas e fiscalizadas pelos órgãos de saúde e assistência social, visando garantir a qualidade dos serviços prestados. Para o funcionamento adequado, é necessário o cumprimento de uma série de requisitos estabelecidos por essas entidades, que abrangem desde a estrutura física até a qualificação da equipe de profissionais.

3.1 Desafios das ILPIs

No entanto, é importante ressaltar que o tema das ILPIs também traz consigo desafios e questões complexas. Um dos principais pontos de debate é a necessidade de se assegurar o respeito à dignidade e à autonomia das pessoas idosas que nelas residem. Isso envolve a garantia de uma rotina que permita escolhas individuais, o acesso a atividades de lazer e a participação em decisões que afetem a vida cotidiana dos residentes.

Um estudo realizado por Oliveira e Rosendo (2014) apontou que embora a instituição represente um local onde suas necessidades básicas são atendidas, incluindo cuidados essenciais, acesso a serviços de saúde e um lugar para envelhecer e, eventualmente, falecer, ela também apresenta uma dualidade para as pessoas idosas: Se por um lado, oferece acolhimento e assistência às suas necessidades, por outro, limita a independência e autonomia que eles poderiam ter em um ambiente mais livre. Os pesquisadores ressaltaram a necessidade de se pensar em formas de proporcionar um ambiente que preserve a dignidade, a independência e a autonomia desses indivíduos.

A concepção difundida no Brasil de que as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) funcionam como "depósitos de idosos" tem sido historicamente associada à ideia de que esses espaços abrigam indivíduos solitários, desprovidos de vínculos familiares, que lá residem devido à solidão, negligência e abandono. No entanto, essa perspectiva está gradativamente evoluindo. Atualmente, observa-se a presença de pessoas idosas que optam voluntariamente por se mudar para uma ILPI, justificando tal escolha por motivos como viuvez, ausência de descendentes ou o desejo de não impor ônus aos filhos, além da preferência pela independência, entre outras razões (FREITAS e NORONHA, 2010).

O perfil da pessoa idosa institucionalizada é comumente marcado pelo aumento do sedentarismo, declínio da autonomia e a ausência de familiares. Além disso, estão sujeitos às influências de fatores biológicos, doenças e outras causas externas inerentes a esse estágio do processo de envelhecimento, sendo relevante ressaltar que as quedas representam um dos principais agravos à saúde nesse contexto (GONÇALVES *et al.*, 2008).

Conforme enfatizado por Vieira (2003), a instituição de longa permanência para pessoas idosas não deve ser concebida unicamente como um local de acolhimento

para indivíduos que foram rejeitados ou abandonados por suas famílias. Pelo contrário, é crucial compreendê-la, respeitá-la e recordá-la como uma opção consciente no percurso de vida de cada sujeito. Essa decisão reflete a busca pela integração em um ambiente que estimula a construção de uma nova identidade, proporcionando uma sensação de pertencimento.

3.2 Legislação sobre as ILPIs

No Brasil, a legislação vigente que regulamenta o funcionamento e os padrões de qualidade das ILPIs é fundamental para garantir o bem-estar e a dignidade dos residentes.

A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 283, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2005) em 26 de setembro de 2005, é a principal normativa que regulamenta o funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) no Brasil. Essa resolução desempenha um papel crucial na garantia da qualidade dos serviços prestados a essa parcela da população.

Seu principal objetivo é estabelecer critérios mínimos que devem ser atendidos pelas ILPIs para garantir um ambiente seguro, saudável e digno para os idosos residentes. Ela aborda uma ampla gama de aspectos, desde infraestrutura e acessibilidade até recursos humanos, alimentação, cuidados com a saúde e segurança.

Dentre os pontos fundamentais contemplados pela RDC nº 283, destacam-se:

1. **Infraestrutura Adequada:** Define requisitos mínimos para as instalações físicas das ILPIs, garantindo espaços seguros, adaptados às necessidades das pessoas idosas e proporcionando condições de acessibilidade.
2. **Recursos Humanos Qualificados:** Estabelece a necessidade de profissionais devidamente capacitados para prover os cuidados e serviços essenciais aos residentes, promovendo assim um atendimento de qualidade.
3. **Cuidados com a Saúde:** Determina diretrizes para a assistência à saúde das pessoas idosas, incluindo acompanhamento médico, administração de medicamentos, cuidados preventivos e ações em casos de emergência.
4. **Alimentação Adequada:** Define critérios para a oferta de alimentação balanceada e nutritiva, respeitando as necessidades específicas de cada pessoa idosa.

5. **Segurança e Bem-Estar:** Estabelece medidas para garantir a segurança física e emocional dos residentes, prevenindo situações de risco e promovendo um ambiente acolhedor.

A RDC nº 283 é essencial para o controle e a fiscalização das ILPIs, contribuindo para o cumprimento dos direitos e garantias dos idosos previstos no Estatuto do Idoso e em outras legislações pertinentes. Ao estabelecer padrões de qualidade, essa normativa promove a dignidade e a qualidade de vida das pessoas idosas que residem nessas instituições, reforçando a importância do cuidado e da atenção a essa parcela da população.

Outro marco importante foi o Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003), estabelecido pela Lei nº 10.741/2003, que desempenha um papel fundamental na proteção e promoção dos direitos das pessoas idosas no Brasil. Esta legislação tem como escopo garantir os direitos e assegurar as garantias fundamentais para essa parcela da população, abrangendo inclusive aqueles que residem em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).

Dentre os princípios e diretrizes fundamentais delineados por esse estatuto, destaca-se a promoção da dignidade da pessoa idosa, o estímulo à convivência familiar e comunitária, bem como a garantia de um atendimento digno e respeitoso, que considere as necessidades específicas dessa faixa etária. Além disso, o estatuto aborda questões essenciais como o direito à saúde, à alimentação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à educação, à profissionalização e ao trabalho, sempre visando a inclusão social e o bem-estar dos idosos.

Ao regulamentar estes aspectos, o Estatuto da Pessoa Idosa busca combater qualquer forma de discriminação ou violência contra a pessoa idosa, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva para esta parcela da população. Portanto, essa legislação desempenha um papel crucial na promoção da qualidade de vida e no respeito aos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em ILPIs e em toda a sociedade brasileira.

A RDC nº 50/2012, emitida pelo Ministério da Saúde, desempenha um papel crucial na regulamentação e no financiamento das Instituições de saúde, incluindo as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Essa normativa estabelece critérios e procedimentos para o cadastramento das ILPIs, o que significa que as instituições precisam atender a requisitos específicos para serem reconhecidas e habilitadas a receberem recursos

do SUS. Dentre os critérios exigidos, podem estar incluídos aspectos relacionados à infraestrutura, capacidade de atendimento, equipe técnica qualificada, entre outros requisitos que visam garantir a qualidade e a segurança dos serviços prestados (BRASIL, 2002).

A resolução supracitada define os parâmetros para o repasse de recursos financeiros pelo SUS às ILPIs. Esse financiamento tem o propósito de auxiliar as instituições na manutenção e no aprimoramento dos serviços oferecidos aos idosos, contribuindo para a promoção do seu bem-estar e qualidade de vida.

Portanto, essa portaria assume um papel fundamental ao estabelecer diretrizes claras e objetivas para o funcionamento e financiamento das ILPIs, fortalecendo a capacidade dessas instituições em proporcionar cuidados adequados e de qualidade as pessoas idosas residentes.

A Lei nº 8.842/1994, conhecida como a Política Nacional do Idoso, representa um marco fundamental na proteção e promoção dos direitos das pessoas idosas no Brasil. Essa legislação estabelece um conjunto abrangente de direitos sociais destinados à população idosa, visando assegurar o pleno exercício da cidadania nessa fase da vida. A Política Nacional do Idoso abarca diversas áreas, incluindo saúde, assistência social, habitação, cultura, lazer, esporte, entre outras. Por meio dessa lei, são estabelecidas diretrizes para a formulação e execução de políticas voltadas para o envelhecimento populacional (BRASIL, 1994).

Um dos objetivos fundamentais da Lei nº 8.842/1994 é combater a discriminação e o preconceito contra os idosos, promovendo a valorização e o respeito a essa parcela da sociedade. Além disso, a legislação prioriza o atendimento específico e adequado as pessoas idosas em diferentes contextos, como na saúde, no transporte público, nas instituições de longa permanência, entre outros.

A Política Nacional do Idoso também institui mecanismos de proteção e garantia de direitos, criando instrumentos legais que fortalecem a defesa das pessoas idosas em situações de vulnerabilidade ou violação de direitos. Dessa forma, a Lei nº 8.842/1994 representa um importante avanço na promoção de qualquer serviço público ou privado para idosos, assegurando o envelhecimento digno e saudável, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a população idosa.

Assim, é notório que existem instrumentos legais que podem assegurar a dignidade humana de pessoas idosas assistidas por Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).

4 O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Este tópico aborda a interseção entre o envelhecimento da população e o avanço das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs). Examina os desafios que as pessoas idosas enfrentam ao tentar se adaptar a um mundo digital em constante evolução e destaca as oportunidades que as tecnologias oferecem para melhorar a qualidade de vida na terceira idade. Além disso, discute intervenções e estratégias para promover a inclusão digital das pessoas idosas. O envelhecimento da população é uma realidade global que traz consigo diversas implicações para a sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, vivenciamos uma era de avanço acelerado das tecnologias da informação e comunicação (NTICs), que têm transformado a maneira como nos relacionamos, trabalhamos e acessamos informações. Nesse contexto, surge a necessidade de compreender como as pessoas idosas se inserem nesse universo digital em constante evolução.

O último Censo Demográfico do Brasil, realizado em 2022, revelou um aumento significativo na população idosa do país. Com um total de 32.113.490 cidadãos nessa faixa etária, houve um incremento de 56% em comparação aos dados de 2010. Desta quantidade, 55,7% eram mulheres e 44,3% homens. Comparando-se com dados de 1980, quando os idosos constituíam apenas 6,1% dos habitantes, observa-se um robusto crescimento; em 2022, os indivíduos com 60 anos ou mais compõem 15,8% da população, refletindo uma expansão de 46,6% desde 2010, período em que representavam 10,8% (IBGE, 2023, b).

O envelhecimento da população não acompanha o avanço contínuo das tecnologias de informação e comunicação. De acordo com o Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o aumento da longevidade apresenta desafios como condições de saúde mais crônicas e complexas. À medida que a população envelhece e a demanda por melhores condições de vida continua a aumentar, os custos com saúde crescem substancialmente. Entre 2000 e 2015, os gastos mundiais em saúde aumentaram de 8,6 para quase 10% do produto interno bruto (PIB) mundial. Paralelamente, as novas tecnologias têm-se demonstrado aliadas na saúde e na qualidade de vida das pessoas idosas, com avanços significativos na medicina, na comunicação entre idosos e familiares e no acesso à informação para cuidados preventivos (IPEA, 2019).

Na atualidade, presenciamos a explosão da revolução nas tecnologias de informação e comunicação. Avanços como o metaverso, a Internet das Coisas (IoT) e a inteligência artificial não são apenas tendências, mas sim precursores de uma transformação profunda e abrangente na maneira como interagimos e nos comunicamos (MATOS *et al.*, 2023).

Esta conjuntura demanda a realização de estudos, abordagens e intervenções específicas para garantir que a parcela idosa da população não se sinta excluída desse processo, o qual pode ser potencialmente alienante. Enquanto crianças, jovens e adultos usufruem das novas tecnologias para facilitar a rotina diária, para as pessoas idosas, essa transição pode se tornar um desafio significativo e frustrante. Integrar-se a uma sociedade digital sem ter tido a oportunidade de se adaptar às mudanças rápidas, ou mesmo compreender como acompanhar a evolução constante e vital torna-se uma tarefa complexa. Muitas pessoas idosas enfrentam barreiras como a falta de acesso à internet, a posse de dispositivos de qualidade e a familiaridade com seu uso abrangente.

4.1 Benefícios das Novas Tecnologias para as Pessoas Idosas

Incorporar os idosos ao universo digital surge como uma estratégia promissora para enriquecer suas vidas, oferecendo mais do que meros benefícios tecnológicos. Essa integração digital facilita a interação com parentes e amigos, ampliando as redes sociais das pessoas idosas, o que é crucial para o fortalecimento de laços comunitários e para a sensação de inclusão social. Além disso, o acesso à internet permite que as pessoas idosas participem ativamente na esfera digital ampla, mantendo-se atualizados e engajados com eventos e discussões globais. A vontade de estar conectado transcende as gerações, evidenciando o desejo das pessoas idosas de participarem ativamente do mundo moderno (ROCHA, 2013).

A adoção de novas tecnologias por parte da população idosa traz consigo um salto qualitativo em termos de acesso à informação e autonomia, apesar dos obstáculos inerentes ao processo de familiarização com essas ferramentas. A barreira inicial do analfabetismo digital está sendo superada através de programas de capacitação e interfaces mais amigáveis, permitindo que as pessoas idosas tirem proveito das inovações tecnológicas. Com esses avanços, eles ganham um portal

direto para uma vasta gama de dados e recursos que podem enriquecer significativamente sua qualidade de vida.

Particularmente no campo da saúde, o impacto das tecnologias emergentes é notável. Portais online de saúde, aplicativos móveis personalizados e plataformas de comunicação digital estão revolucionando a maneira como as pessoas idosas interagem com profissionais de saúde e gerenciam suas condições médicas. Tais recursos proporcionam informações confiáveis e conselhos práticos sobre a manutenção da saúde, bem-estar e prevenção de doenças. Além disso, sistemas de telemedicina estão facilitando consultas médicas virtuais, quebrando as barreiras geográficas e tornando o atendimento médico mais acessível para aqueles com mobilidade reduzida.

Esta transformação digital, embora complexa, promove um envelhecimento ativo e independente. A capacidade de acessar informações de saúde online empodera as pessoas idosas, permitindo-lhes fazer escolhas informadas sobre tratamentos, medicações e regimes de autocuidado. Isso, em última análise, contribui para um maior controle sobre sua própria saúde, um envelhecimento mais digno e uma melhor gestão das condições crônicas. A tecnologia, portanto, não é apenas uma ferramenta de comodidade, mas um meio essencial para sustentar a saúde e a independência na terceira idade.

As novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) oferecem uma comunicação interpessoal sem precedentes. Plataformas de mensagens, chamadas de vídeo e redes sociais permitem que as pessoas idosas mantenham laços sociais fortes, mesmo à distância. Isso é particularmente importante em situações em que a proximidade física pode ser um desafio.

Outra oportunidade valiosa oferecida pelas novas tecnologias é o acesso a oportunidades de aprendizado online. Cursos e plataformas de ensino à distância permitem que as pessoas idosas adquiram novos conhecimentos e habilidades. Desde aprender um novo idioma até participar de atividades intelectualmente estimulantes, o aprendizado online pode promover o desenvolvimento pessoal e a sensação de realização.

As NTICs também facilitam o acesso a serviços digitais, como compras online e serviços bancários. Essa conveniência é especialmente benéfica para as pessoas idosas com mobilidade reduzida, pois lhes permite manter a independência e a autonomia em suas atividades diárias.

Além disso, as plataformas de streaming, jogos eletrônicos e outras formas de entretenimento digital oferecem uma variedade de opções para o lazer e a diversão das pessoas idosas. Isso é particularmente benéfico para aqueles que podem ter dificuldades em participar de atividades físicas mais vigorosas.

Assim, as NTICs têm o potencial de promover a inclusão social e combater o isolamento social, um problema comum entre as pessoas idosas. Ao conectar a população idosa a comunidades virtuais e grupos de interesse, as tecnologias proporcionam um senso de pertencimento e a oportunidade de compartilhar experiências e interesses com outras pessoas.

A inserção das tecnologias na vida das pessoas idosas tem sido objeto de diversas pesquisas, todas elas apontando para uma série de benefícios significativos:

A inclusão das tecnologias na rotina das pessoas idosas promove um aumento significativo nas interações sociais. Opalinski (2001) destaca que o uso de dispositivos eletrônicos proporciona meios eficazes para a comunicação e o compartilhamento de experiências, ampliando assim o círculo social das pessoas idosas

Estudos como o de White et al. (2002) apontam para uma notável melhora no estado de depressão em idosos que incorporam as tecnologias em suas vidas. O acesso a recursos online e a participação em comunidades virtuais proporcionam um espaço de apoio e troca de informações que contribui para a saúde mental e emocional desses indivíduos.

Dickinson e Gregor (2006), ressaltam que a inclusão digital resulta em uma maior sensação de bem-estar entre as pessoas idosas. O acesso a informações e atividades online proporciona um enriquecimento das experiências cotidianas, promovendo um sentimento de realização e satisfação pessoal.

Além dos benefícios diretos, a autoestima desempenha um papel crucial na adoção das novas tecnologias pela população idosa. Sales et. al (2014) destacam que uma autoestima positiva está diretamente associada à disposição e à capacidade de aprender e utilizar as tecnologias, facilitando assim a inclusão digital desses indivíduos na sociedade contemporânea.

É crucial destacar que a conexão com as tecnologias digitais traz consigo um dos maiores benefícios: a promoção da socialização e comunicação, especialmente para as pessoas idosas que vivem em instituições e que, por diversos motivos, se encontram distantes de suas famílias, lares e interações sociais. Ter a capacidade de estabelecer contato com entes queridos, amigos, acessar serviços e garantir direitos

representa um avanço significativo no enfrentamento de desafios sociais, financeiros, emocionais e físicos, contribuindo de forma notável para a qualidade de vida.

Entretanto, para que esse ciclo de benefícios se concretize de maneira eficaz para as pessoas idosas institucionalizadas, é imprescindível que sejam proporcionados ambientes apropriados e, acima de tudo, que sejam incentivados a adotar e utilizar as novas tecnologias com competência. Isso garantirá uma integração plena e benéfica no universo digital, promovendo uma melhora substancial na qualidade de vida desses indivíduos.

Ao superar os desafios iniciais e adotar essas tecnologias de forma consciente, os idosos podem colher os frutos de uma era digital que promove uma melhor qualidade de vida na terceira idade.

4.2 Desafios para os Pessoas Idosas na Era Digital

Oferecer um celular ou computador com acesso à internet a uma pessoa idosa, por si só, não garante que ela estará habilidosa o suficiente para utilizar essas ferramentas e explorar seus recursos. Na verdade, sem um plano de ação adequado, esse gesto bem-intencionado pode ter o efeito oposto, afastando o interesse pela tecnologia digital. Isso ocorre porque a pessoa pode não compreender completamente como utilizar o dispositivo, o que pode resultar em desmotivação para tentar novamente. Portanto, é crucial fornecer orientação e suporte adequados para garantir uma transição suave e bem-sucedida para o mundo digital.

Os desafios que as pessoas idosas enfrentam na era digital são multifacetados e merecem uma análise mais aprofundada, no entanto alguns problemas podem ser apontados por meio da literatura, corroborada pela livre observação. Tais como:

- a) Familiaridade com Dispositivos Eletrônicos:** Muitas pessoas idosas não foram expostas à tecnologia desde jovens, o que pode resultar em uma falta de familiaridade com dispositivos eletrônicos como smartphones, tablets e computadores. A interface de toque, os ícones e os menus podem ser confusos para quem não teve a oportunidade de se acostumar com esses elementos desde cedo.
- b) Dificuldades de Aprendizado e Adaptação:** O processo de aprendizado para lidar com novas tecnologias pode ser desafiador para os idosos. A curva de aprendizado pode ser mais íngreme em comparação com gerações mais

jovens. A adaptação a novas formas de comunicação, como redes sociais e aplicativos de mensagens, pode ser especialmente desafiadora.

- c) Atualizações Tecnológicas Constantes:** A natureza dinâmica da tecnologia, com atualizações regulares de software e hardware, pode ser um obstáculo. Para as pessoas idosas, manter-se atualizado com as mudanças pode ser uma tarefa difícil, e muitos podem se sentir sobrecarregados.
- d) Restrições de Acesso à Internet:** Em algumas áreas, especialmente em regiões rurais ou em países em desenvolvimento, o acesso à internet pode ser limitado. Isso impede que as pessoas idosas aproveitem plenamente os benefícios das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).
- e) Falta de Treinamento Específico:** Muitas pessoas idosas não têm acesso a programas de treinamento ou cursos que os ajudem a adquirir habilidades tecnológicas. Isso pode agravar o problema da falta de familiaridade.
- f) Receio de Fraudes e Segurança Online:** Pessoas idosas podem ser mais suscetíveis a golpes e fraudes online devido à falta de experiência na navegação segura na internet. Aprender a identificar e evitar ameaças online é crucial.
- g) Exclusão Digital e Isolamento Social:** Aqueles que não conseguem superar esses desafios podem se sentir excluídos da sociedade em uma era cada vez mais digitalizada. Isso pode levar a um aumento do isolamento social.
- h) Falta de Relevância Percebida:** Algumas pessoas idosas podem sentir que as novas tecnologias não são essenciais para suas vidas, o que pode levar à resistência à adoção.

Para enfrentar esses desafios, é importante implementar programas de inclusão digital específicos para pessoas idosas, que ofereçam treinamento e suporte contínuo. Além disso, políticas que visem melhorar o acesso à internet em áreas remotas também são fundamentais para garantir que as pessoas idosas não sejam abandonadas na era digital.

Conforme destaca Leon (2012), a plena integração da pessoa idosa com as tecnologias digitais requer, essencialmente, capacitação e treinamento. Isso implica no ensino prático sobre o funcionamento da internet, destacando os aspectos positivos e negativos, além de instruir sobre a utilização de recursos e aplicativos, incluindo medidas de segurança para dirimir golpes.

Conforme apontado por uma pesquisa de inclusão digital realizada pelo IPESPE (Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas), sete em cada dez pessoas idosas que têm acesso à internet relata sentir-se inseguros no ambiente online. É notável que sentimentos como "medo" e "insegurança" prevalecem entre indivíduos com mais de 60 anos ao enfrentar a tecnologia (PINHEIRO, 2022).

Ainda que muitas vezes não percebamos ou não tenhamos interesse, somos imersos no mundo digital de maneira automática. É imperativo que saibamos como nos inserir nesse universo. A rede de serviços e compras online está em constante expansão, e ficar à margem desse acesso implica em restringir nossa contribuição como cidadãos em uma cadeia produtiva em constante evolução. Assim, o domínio das habilidades digitais se torna uma necessidade incontestável para uma participação plena e ativa na sociedade contemporânea.

É crucial estabelecer uma formação pública abrangente, por meio de oficinas, cursos e palestras, como um meio de facilitar o acesso da pessoa idosa aos ambientes digitais. É importante também levar em conta o crescente interesse dos idosos em se integrar ao mundo digital. Este trabalho se baseia nas ideias de Vygotsky (1993), que sustenta que a interação entre o indivíduo e o ambiente é mediada por instrumentos e signos. Durante suas ações, o ser humano cria e utiliza instrumentos e signos para transformar tanto a natureza quanto a si mesmo. No processo de aprendizagem, adolescentes e adultos se distinguem das crianças não na compreensão do objeto de conhecimento, mas na forma como suas mentes se aplicam para alcançá-lo.

5 OBJETIVO

5.1 Objetivo geral

Realizar um estudo de caso sobre as percepções de um projeto de inclusão digital de residentes de uma Instituição de Longa permanência (ILPI), na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, Brasil.

5.2 Objetivos específicos

- Conhecer as condições e dinâmica do projeto de inclusão digital para pessoas idosas e residentes de uma instituição de longa permanência;
- Caracterizar o perfil e percepções dos residentes institucionalizados na ILPI em estudo sobre as tecnologias;
- Investigar analisar aspectos de acesso às novas tecnologias buscando conhecer a participação da pessoa idosa institucionalizada.

6 MÉTODO

6.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa adota a abordagem qualitativa e se configura como um estudo de caso de cunho exploratório e descritivo, conforme preconizado por Martins e Theóphilo (2008). A perspectiva qualitativa, segundo Alvarez e Gutierrez (2019), é empregada especialmente em estudos que demandam uma exploração profunda e abrangente do objeto de análise, apresentando características distintivas como a possibilidade de conduzir a coleta e análise de dados simultaneamente, bem como a influência ativa do pesquisador, que se torna essencial para aprofundar a interpretação dos conteúdos analisados.

No que concerne à funcionalidade da abordagem qualitativa, ela se dedica à investigação de dados descritivos concernentes a uma dada situação ou fenômeno, com a imersão direta do pesquisador na realidade estudada, conferindo ênfase ao processo subjacente ao fenômeno e captando a perspectiva dos participantes da pesquisa, conforme argumentam Gil (2002). O estudo de caso é concebido como um instrumento metodológico que visa sistematizar os dados, mantendo a integridade e singularidade do objeto em análise.

Entre os tipos mais recorrentes de estudos de caso, figuram aqueles que focalizam uma única unidade (instituição, grupo etc.) e aqueles que adotam uma perspectiva multiunidades (VENTURA, 2007). No contexto desta investigação, a abordagem multiunidades não se figurou viável, uma vez que a amostragem se deu por colaboradores e pessoas idosas com 60 anos ou mais, que estão institucionalizadas e que fazem parte do projeto de inclusão digital de uma Instituição de Longa permanência (ILPI), na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, Brasil, dado o intento de observar e explorar os dispositivos e as interações diretas e indiretas dos entrevistados, viabilizando uma abordagem flexível que propicie a descoberta de novos insights.

6.2 Contexto do local do estudo

A Instituição responsável pelo Lar iniciou suas atividades em 1928, resultado da união de membros da Igreja Católica sensibilizados pela situação de vulnerabilidade da população carente da época.

Então, em 1957, surge a Associação de Caridade, inicialmente estabelecida de forma temporária nos fundos de uma propriedade situada no centro da cidade de um município do interior do Estado de São Paulo. Seu objetivo primordial era prover alimentos a famílias em situação de vulnerabilidade social previamente cadastradas na instituição. A associação operou mediante a organização de eventos beneficentes, como bingos e bazares, para angariar recursos financeiros. Durante a semana, reuniam-se para confeccionar roupas destinadas aos mais necessitados. Posteriormente, expandiram seu programa de assistência para incluir a distribuição de alimentos e medicamentos. Somente em 1959, conseguiu inaugurar sua própria sede em um novo endereço, dotada de instalações mais amplas, e expandir sua gama de serviços para atender de forma mais abrangente a população necessitada. Além da distribuição de alimentos, passou a oferecer orientações, encaminhamentos, assistência médica e odontológica, bem como a distribuição de agasalhos e medicamentos.

Ao final de 1969, os membros da Diretoria da Associação tiveram a ideia de ampliar novamente os atendimentos, construindo, então, uma instituição de longa permanência para idosos em situação de vulnerabilidade e risco social, vítimas de abandono, violência, negligência e em situação de rua. Foram realizadas diversas campanhas de caridade para a arrecadação de recursos financeiros, contando com a ajuda de toda a imprensa local e da comunidade. O recurso arrecadado foi destinado para a compra de lotes (terrenos) e a construção da instituição, no município em estudo.

No dia primeiro de julho de 1971, o primeiro bloco da construção já estava pronto e posteriormente foram erguidos mais dois blocos com a ajuda e contribuição da população e da comunidade. Assim, foi possível inaugurar o Lar.

A necessidade de ampliar o atendimento a pessoas idosas, que cada vez mais procuram assistência para suas necessidades, impulsionou a construção de novos blocos. Dentro das possibilidades de obtenção de recursos financeiros, a instituição atualmente dispõe de uma cozinha industrial, refeitório, salão social e jardim, sala de

enfermagem e fisioterapia, salas de Serviço Social, Psicologia e Terapia Ocupacional, lavanderia e vinte e oito dormitórios individuais.

Desde o registro da instituição no Conselho Nacional de Serviço Social, em março de 1971, mantém-se o Serviço de acolhimento para pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, enquadrando-se na Política Social Especial de Alta Complexidade. A entidade é certificada e reconhecida pelos conselhos municipais de assistência social e do idoso.

Atualmente, além das doações e ações voluntárias, e recebe recursos por meio de repasses municipais, estaduais e federais, assim como do Fundo Municipal do Idoso do Município, através de projetos contemplados em editais. Um desses projetos foi celebrado com o repasse de recursos do Fundo Municipal do Idoso em 20 de junho de 2022, com vigência até julho de 2023. O objeto dessa parceria é um projeto de Educação e Desenvolvimento Pessoal, visando proporcionar conhecimento e acesso aos meios de tecnologia da informação, mídias, redes sociais, entre outros - denominado "Inclusão Digital para Idosos".

O projeto é direcionado para pessoas idosas de ambos os sexos, com sessenta anos ou mais, oferecendo aulas práticas que orientam sobre o uso do celular e do tablet. O propósito é incluir as pessoas idosas institucionalizadas no mundo digital, seja para fortalecer vínculos familiares e relações sociais, seja para viver com autonomia e independência, desenvolvendo habilidades para acessar serviços e produtos online.

O projeto está em seu segundo ano de funcionamento, recebendo o repasse de verbas através do Conselho Municipal do Idoso do município de Ribeirão Preto. Com o repasse da verba, tablets puderam ser adquiridos para utilização dos participantes do projeto que residem na instituição. As aulas, chamadas de encontros, acontecem semanalmente, com ocorrência de duas vezes, em um salão adaptado onde também funciona o refeitório d instituição. A escolha pelo local é em virtude da disponibilidade de espaço e montagem de mesas e cadeira, mas sobretudo por ser o local da instituição, onde a frequência do sinal da internet apresenta o seu melhor ponto.

6.3 Participantes

A amostra da pesquisa foi composta por cinco residentes assistidos pela ILPI

ambos os sexos, com mais de 60 anos (n=5), além de dois profissionais (n=2) atuantes da instituição. Todos os participantes convidados, fazem parte do projeto de inclusão digital da instituição e foram informados do caráter da mesma e de sua finalidade. Os participantes forneceram sua concordância através de um termo de livre consentimento.

6.3.1 Critérios de inclusão e exclusão

A metodologia do estudo foi pensada para incluir um espectro amplo de participantes residentes junto à Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Foram elegíveis para a pesquisa os profissionais ligados ao projeto em exercício na ILPI, bem como os residentes com idade igual ou superior a 60 anos, que foram previamente indicados pelos responsáveis técnicos da instituição. Como critérios de inclusão, era essencial que os participantes fossem profissionais atuantes diretamente com o projeto e as pessoas idosas residentes na ILPI que estivessem participando do projeto de inclusão digital para a terceira idade implementado na instituição. Adicionalmente, era necessário que expressassem vontade e disponibilidade para participar do estudo.

Por outro lado, os critérios de exclusão foram delineados para omitir indivíduos que não estivessem familiarizados ou que não participassem do projeto de inclusão digital mencionado, conforme autodeclaração. Profissionais e residentes que optaram por não participar do estudo também foram excluídos em consonância com o cumprimento dos princípios éticos na condução de pesquisas envolvendo seres humanos, garantindo o respeito à autonomia e à liberdade de escolha dos potenciais participantes.

6.4 Procedimentos

Na fase de procedimentos do estudo, as etapas foram cuidadosamente implementadas para assegurar a transparência e o consentimento informado de todos os envolvidos. Inicialmente, obteve-se a aprovação da diretoria da ILPI, procedendo com a clara exposição dos propósitos da pesquisa. Posteriormente, a divulgação do estudo foi realizada de maneira respeitosa e não intrusiva, por meio de uma apresentação em uma reunião de equipe e durante as atividades rotineiras dos

residentes. Complementarmente, cartazes foram estrategicamente afixados nos murais da ILPI, detalhando o convite para o estudo e sugerindo possíveis horários para as entrevistas, tudo isso cuidadosamente planejado para evitar qualquer perturbação na rotina da instituição.

Após a etapa de divulgação, passou-se para a identificação e seleção dos participantes. Profissionais e residentes que demonstraram interesse e se enquadraram nos critérios de inclusão foram prontamente incorporados ao processo. Com esses participantes selecionados, avançou-se para a fase de coleta de dados, mantendo sempre a integridade dos procedimentos de pesquisa e respeitando a disponibilidade e o conforto dos envolvidos.

6.4.1 Coleta de dados

Para a etapa de coleta de dados do estudo, procedimentos foram implementados para garantir uma coleta eficiente e ética. Inicialmente, foi estabelecido contatos com a ILPI para organizar sessões presenciais de coleta de dados. Com os profissionais da instituição, foram conduzidas entrevistas estruturadas conforme delineado no Apêndice A, que incluíam o levantamento do perfil profissional. Essas entrevistas também continham questões abertas, que tinham como objetivo captar as percepções dos profissionais em relação ao projeto de inclusão digital, bem como identificar possíveis desafios e as práticas, instrumentos e recursos utilizados no seu dia a dia profissional.

Para os residentes, especificamente aqueles com 60 anos ou mais que se autodeclararam aptos a participar, foi aplicada uma entrevista estruturada detalhada no Apêndice B. Cada entrevista foi planejada para ter a duração máxima de 60 minutos, respeitando a disposição e o conforto dos participantes.

Para fins de documentação e análise posterior, as entrevistas foram gravadas em áudio, sempre com o consentimento prévio dos entrevistados. Estas gravações foram transcritas de forma íntegra e analisadas para atender aos objetivos propostos pelo estudo, mantendo-se a confidencialidade e a integridade dos dados coletados.

Com base nas diretrizes da equipe técnica da ILPI para uma condução eficaz, todo o processo de coleta de dados foi meticulosamente planejado em conformidade com as normas e protocolos estabelecidos pela instituição, e todas as entrevistas foram realizadas presencialmente. A entrevista, conforme definido por Minayo (1994),

é uma metodologia de coleta de informações pertinentes a um objeto de pesquisa sobre um determinado tema científico, conduzida sob a iniciativa do entrevistador.

Os contatos com os participantes aptos para a pesquisa ocorreram pessoalmente nas instalações da ILPI, em uma sala reservada para os encontros, que foram previamente agendados e coordenados com os residentes da ILPI e a equipe técnica do projeto de inclusão digital, que acompanhou todo o processo. Todas as explicações sobre os procedimentos de pesquisa, incluindo os objetivos, métodos de coleta e análise, contribuições esperadas e os riscos mínimos, foram fornecidas antes do agendamento das entrevistas e reiteradas aos participantes antes de sua realização.

Após a obtenção do acordo dos participantes elegíveis e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o agendamento das entrevistas foi finalizado. Estas foram conduzidas em datas e horários individuais, garantindo a privacidade de cada participante.

6.4.2 Análise e interpretação dos dados

Na metodologia adotada, os dados recolhidos passaram por uma análise crítica e sistemática, transformando as informações coletadas em um *corpus* textual enriquecido por elementos visuais com quadros e gráficos para facilitar a interpretação. A avaliação dos dados foi dividida em dois segmentos distintos: primeiro, a análise da visão dos residentes com 60 anos ou mais sobre seu acesso e uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC), em seguida, a percepção dos profissionais sobre o engajamento dos residentes da ILPI com essas tecnologias.

Como pesquisa de natureza qualitativa, os dados foram examinados utilizando o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2016). Esta técnica envolveu a descrição detalhada das respostas obtidas nas entrevistas semiestruturadas, visando extrair o significado profundo das mensagens. Assim, a análise de conteúdo foi empregada para discernir e interpretar as nuances das comunicações, proporcionando um entendimento aprofundado das percepções e experiências dos participantes em relação às TIC.

6.5 Aspectos Éticos

A realização deste estudo esteve rigorosamente alinhada aos princípios éticos estipulados para pesquisas envolvendo seres humanos, em conformidade com a Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. A integridade ética do projeto foi reconhecida e validada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos, que atribuiu a aprovação sob o registro CAAE: 66652523.0.0000.5504 e emitiu um parecer favorável número 6.207.920, detalhado no Apêndice F. Adicionalmente, o projeto foi avaliado e aprovado no Exame de Qualificação, um pré-requisito para a defesa do estudo, conforme apresentado no Apêndice G.

Os participantes foram completamente informados a respeito dos propósitos da pesquisa, e asseguramos a confidencialidade integral de suas respostas. Antes de qualquer procedimento, um processo detalhado de esclarecimento foi conduzido, seguido pelo consentimento explícito de cada participante. Profissionais e residentes que concordaram em colaborar com o estudo formalizaram seu consentimento por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, disponibilizado nos Apêndices D/E.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os achados do estudo, incluindo uma análise detalhada dos dados coletados, serão expostos nas seções subsequentes. Primeiro, foram analisadas as respostas dos residentes institucionalizados e depois dos profissionais, todos participantes do projeto de inclusão digital da instituição. Para início, foi detalhada a caracterização e o perfil dos entrevistados, que abrange tanto os residentes da instituição participantes do projeto de inclusão digital voltado para a terceira idade quanto a equipe de recursos humanos que tem envolvimento direto com a iniciativa. Essa apresentação inicial dos dados estabelece a base para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas e interações observadas ao longo da pesquisa.

7.1 Participantes (n=5)

7.1.1 Caracterização do Perfil (n=5)

A seguir, o Quadro 1 ilustra os detalhes dos cinco residentes que participaram das entrevistas. Organizado para facilitar a visualização dos dados, a primeira coluna exibe as iniciais dos nomes dos participantes para preservar a sua privacidade. As colunas subsequentes fornecem, de forma sequencial, informações sobre o gênero e a idade dos residentes. A coluna final apresenta o período que cada um tem de vivência com a ILPI. É importante notar que todos os residentes se envolveram no projeto de inclusão digital no mesmo momento, estabelecendo uma linha de base comum para a análise do impacto do projeto.

Quadro 1 – Identificação Participantes Pessoas Idosas Residentes

Participante	Idade	Tempo de ILPI
A	61 anos	2 anos
B	72 anos	1 ano
C	83 anos	2 anos
D	70 anos	4 anos
E	74 anos	30 anos

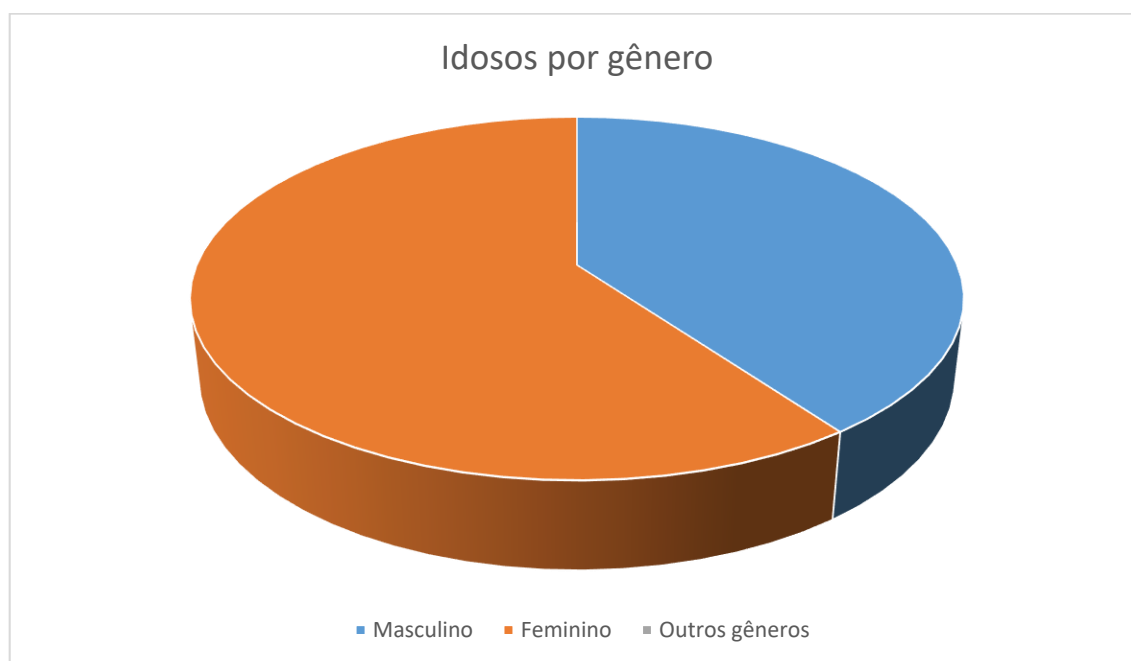
Fonte: Elaborado pela autora

Para este estudo, foram inicialmente convidados nove residentes, apontados pela administração da ILPI como participantes do projeto de inclusão digital da

instituição. Contudo, devido a quatro não responderem ao convite, o grupo final consistiu em apenas cinco indivíduos. Assim, a amostragem (n=5) representa 55,55% do público pesquisado.

Os residentes que contribuíram para a pesquisa são predominantemente do sexo feminino, com uma média etária de 72 anos. Para amostragem por gênero pode-se aferir o Gráfico 1:

Gráfico 1 – Pessoas idosas institucionalizadas por gênero



Fonte: Elaborado pela autora

O uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) por mulheres idosas é uma área de crescente interesse e importância (SILVA e DOURADO, 2021). À medida que a população mundial envelhece, aumenta a necessidade de integrar esse segmento populacional no mundo digital para promover a inclusão social e o acesso a serviços. Mulheres idosas podem enfrentar barreiras adicionais ao adotar as TIC devido a fatores como menor exposição prévia à tecnologia, estereótipos de gênero e, em alguns casos, menor nível de educação formal.

A inclusão digital de mulheres idosas tem potencial para melhorar significativamente a qualidade de vida, oferecendo-lhes novas oportunidades para comunicação, educação e entretenimento. O acesso a TIC permite que elas mantenham contato mais facilmente com familiares e amigos, participem de

comunidades online, gerenciem sua saúde e finanças e continuem aprendendo ao longo da vida.

No entanto, para que a inclusão digital seja efetiva, é preciso levar em consideração as necessidades específicas dessas mulheres. Isso pode incluir treinamento personalizado, interfaces de usuário simplificadas, e suporte técnico acessível. Também é importante que os programas de inclusão digital sejam sensíveis às limitações que as usuárias podem enfrentar, como problemas de visão, audição ou destreza manual.

É crucial combater estereótipos que possam desencorajar as mulheres idosas de se engajarem com as NTIC, promovendo exemplos positivos de usuárias idosas e destacando os benefícios tangíveis que a tecnologia pode trazer. A educação intergeracional, em que jovens e idosos aprendem juntos, pode ser uma estratégia particularmente eficaz, beneficiando todas as gerações envolvidas.

As TIC têm o potencial de ser uma ferramenta poderosa para empoderar mulheres idosas, melhorando seu acesso à informação, sua capacidade de se conectar com outros e sua autonomia geral (SILVA e DOURADO, 2021). Contudo, para que isso se torne uma realidade, é necessário um esforço consciente e direcionado de todas as partes da sociedade, incluindo formuladores de políticas, educadores e desenvolvedores de tecnologia.

7.1.2 Perguntas abertas (n=5)

As entrevistas foram conduzidas presencialmente, de acordo com a preferência expressa tanto pelos monitores do projeto quanto pelos participantes. Esta preferência ressalta a importância da interação face a face em ambientes sociais dedicados ao atendimento da população idosa.

Na fase de categorização dos resultados das entrevistas realizadas com as pessoas idosas residentes na instituição, uma pergunta aberta foi especialmente relevante. Esta indagação, inserida no questionário da entrevista, buscou explorar as expectativas dos participantes em relação ao projeto de inclusão digital. As respostas obtidas ressaltaram o entusiasmo e o otimismo das pessoas idosas em relação ao impacto positivo que a aprendizagem digital poderia ter em suas vidas. Eles expressaram um interesse vivaz em se adaptar e em utilizar novas tecnologias, evidenciando uma disposição para o aprendizado e para a integração no ambiente

digital contemporâneo. As respostas transcritas a seguir ilustram essa tendência e fornecem uma janela para compreender as motivações e os anseios das pessoas idosas em relação ao mundo digital:

Eu acho muito importante conseguir ligar a internet e saber o que acontece no mundo (A)

Eu comecei o curso para aprender a falar com a minha irmã no celular e assim poder falar com ela quando eu quisesse. (D)

Eu fico esperando o dia do curso, eu não perco nenhuma reunião, pois eu adoro ouvir as músicas e assistir os vídeos de meus cantores favoritos. (B)

A apropriação das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) por idosos, conforme a literatura acadêmica pesquisada, transcende a mera aquisição de habilidades digitais, refletindo-se de maneira significativa nas dinâmicas relacionais familiares. A inclusão digital das pessoas idosas, conforme estudos de Sales et al. (2014), promove uma ponte intergeracional, onde a família desempenha um papel crucial ao fomentar o diálogo entre os mais velhos e as gerações mais jovens, como filhos e netos. Este fenômeno foi particularmente evidente durante o período da pandemia da COVID-19, onde as respostas dos participantes no projeto de inclusão digital revelaram uma busca intensificada pelo contato com familiares em um contexto de restrições às interações presenciais, delineando a internet como um meio vital para a manutenção dos laços afetivos e sociais.

O interesse das pessoas idosas em participar de projetos de inclusão digital, conforme evidenciado pelas respostas coletadas, foi amplamente motivado pela necessidade de permanecerem conectados e atuantes em seus círculos sociais durante a pandemia. Isso não só facilitou a comunicação com entes queridos, mas também permitiu que os idosos mantivessem sua identidade social e se sentissem parte de uma comunidade, apesar do isolamento físico imposto pelas circunstâncias.

Além disso, a literatura acadêmica, incluindo trabalhos como o de Cardoso et al. (2005), reconhece as capacidades transformadoras da Internet em mitigar a sensação de isolamento e solidão entre os idosos. A possibilidade de interagir com pessoas ao redor do globo, sem restrições geográficas, desde que haja conexão à Internet, é apontada como um benefício psicossocial significativo. A internet, portanto, não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas também um importante elemento facilitador de inclusão e bem-estar social para a população idosa.

No contexto da ILPI, ao analisar o perfil demográfico das pessoas idosas participantes do estudo, notou-se uma predominância feminina. Este dado é revelador

e se alinha a pesquisas que indicam uma tendência das mulheres idosas a se engajarem com mais frequência em atividades que proporcionam novas aprendizagens e experiências. Dentro do programa de inclusão digital, as idosas demonstraram não apenas uma disposição maior para participar, mas também se destacaram pela sua participação e entusiasmo. Essa observação é particularmente importante, pois rompe com o estereótipo de que a terceira idade é um período de declínio do interesse e da capacidade de aprender. As respostas fornecidas pelas residentes no curso de inclusão digital evidenciam uma atitude proativa em relação à aquisição de conhecimento e uma disposição contínua para explorar o mundo digital.

Esse dinamismo entre as participantes idosas pode ser entendido como uma expressão de sua autonomia e um reflexo de sua vontade de permanecerem integradas e relevantes na sociedade atual, que é cada vez mais mediada pela tecnologia. O entusiasmo e a competência demonstrados por essas mulheres na navegação pelo espaço digital desafiam concepções obsoletas sobre a capacidade cognitiva e a adaptabilidade dos mais velhos. Através de suas interações com o curso, essas mulheres não apenas ampliam suas próprias fronteiras de conhecimento, mas também reforçam um exemplo positivo de envelhecimento ativo e engajado.

A maior participação feminina no programa de inclusão digital pode ser interpretada como um indicativo de como as mulheres buscam na tecnologia um meio de comunicação e conexão com familiares e amigos, especialmente em tempos de isolamento social. Durante as entrevistas, muitas expressaram como o aprendizado digital lhes proporcionou uma forma de superar as limitações físicas e de distância, mantendo-as emocional e socialmente ligadas ao seu círculo social. As respostas das participantes revelaram seu entusiasmo:

“O grupo tem mais mulher, só tem dois homens, mas a gente não falta e todos respeitam a vontade dos outros”. (E)

“Meu irmão já sabe que na terça e na quarta, ele precisa esperar minha ligação para falar com ele, que é o dia da aula do programa”. (D)

As entrevistas com os residentes da ILPI trouxeram à tona questões relevantes sobre a acessibilidade digital dentro da instituição, particularmente no que tange à conectividade e ao uso de dispositivos. Uma barreira comum destacada foi a limitação no acesso às redes sociais e à comunicação digital fora do ambiente de sala de aula, onde o sinal de internet é mais forte e estável. O refeitório, que se transformou em um ponto de encontro social e digital para os residentes, é o local onde muitos sentem

que podem se conectar de maneira mais eficaz, como evidenciado pela fala de um dos residentes:

"Eu tenho o celular que meu irmão me deu, mas ele funciona melhor no refeitório. Quando estou no quarto, a internet não chega lá ". (D)

Esta declaração não só aponta para a desigualdade espacial na distribuição do sinal de internet, mas também sugere a necessidade de espaços designados dentro da ILPI que permitam uma interação constante e sem interrupções com o mundo digital. O acesso à internet é um privilégio localizado e muitas vezes restrito a áreas comuns. Essa situação sublinha a importância de considerar a infraestrutura tecnológica ao planejar projetos de inclusão digital para idosos.

Outra questão levantada foi a relativa à infraestrutura de equipamentos disponíveis. A necessidade de dispositivos compartilhados, como tablets, é uma realidade para a maioria, com apenas dois residentes relatando possuir seus próprios celulares.

Além disso, a preferência por dispositivos com telas maiores, como tablets, foi expressa como um fator de conforto e praticidade, especialmente para as pessoas idosas que podem ter dificuldades com telas menores devido a questões visuais ou de destreza. Uma participante afirmou:

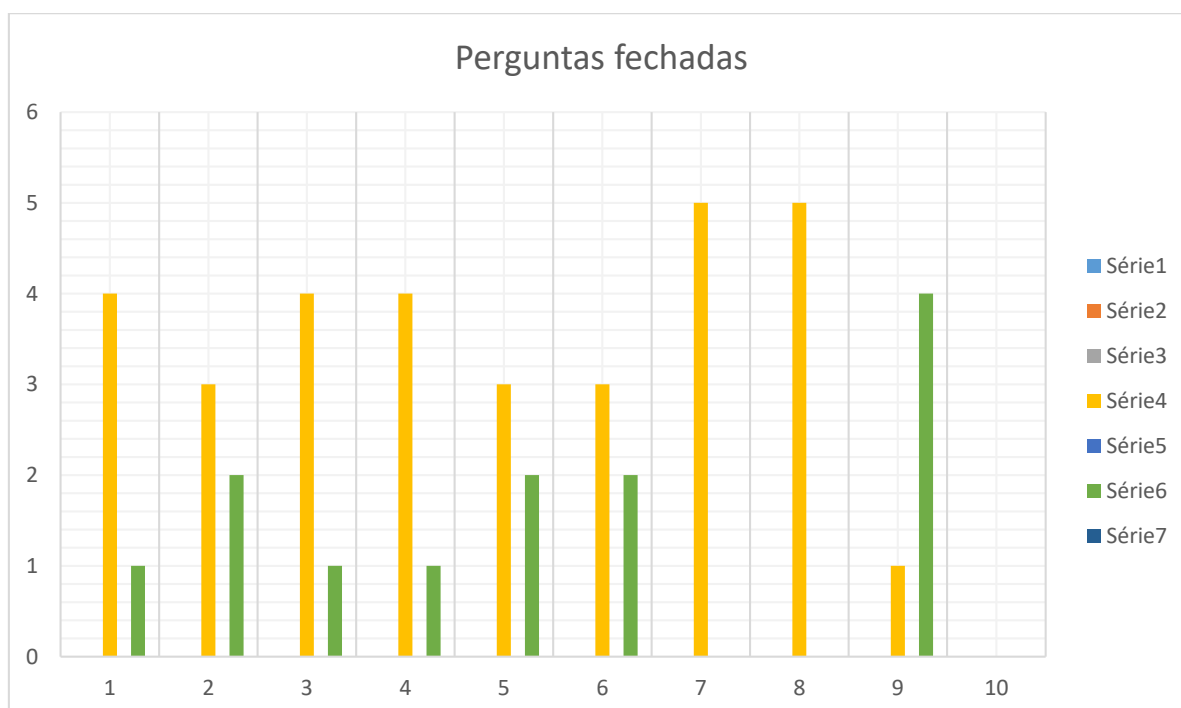
"Eu não tenho o celular, então eu utilizo o tablet durante a aula, eu prefiro porque a tela é maior" (E)

Esta fala ressalta a necessidade de adaptar a tecnologia às necessidades ergonômicas das pessoas idosas, assegurando que a experiência digital seja não apenas acessível, mas também confortável e adaptada às suas preferências e requisitos individuais.

7.1.3 Perguntas fechadas (n=5)

Em relação as perguntas fechadas, o gráfico abaixo apresenta o panorama geral das respostas que se destacam entre os participantes.

Gráfico 2 – Relação de respostas as perguntas fechadas (n=5)



Possui domínio do celular	4	1
Sabe acessar as redes sociais	3	2
consegue digitar mensagens	4	1
consegue apagar mensagens	4	1
consegue enviar fotos	3	2
consegue abrir a câmera	3	2
consegue acessar a internet	5	0
consegue navegar na internet	5	0
consegue acessar e-mail	1	4

Fonte: Elaborado pela autora

A adoção de tecnologias digitais por pessoas idosas é um aspecto fundamental para promover um envelhecimento ativo e saudável. Ferramentas como computadores, tablets e smartphones desempenham um papel vital em conectar idosos com suas comunidades e serviços essenciais, além de oferecer recursos que podem melhorar a qualidade de vida. O Centro Internacional de Longevidade-Brasil (2015) destaca a importância de acessibilidade tecnológica para os idosos,

enfatizando que a falta de acesso não apenas aumenta a vulnerabilidade dessa população, mas também pode contribuir para o declínio da saúde física e mental. A familiaridade com dispositivos móveis e a internet permite que os idosos mantenham contato com familiares e amigos, acessam informações de saúde, realizam transações financeiras e participem de atividades culturais e educacionais.

Os dados coletados de entrevistas com cinco idosos ilustram uma tendência positiva no que diz respeito à adoção de tecnologias móveis. A maioria dos entrevistados demonstra habilidade no uso de celulares, com quatro deles sendo capazes de digitar e apagar mensagens, evidenciando uma adaptação ao meio de comunicação mais utilizado atualmente. O domínio dessas funções básicas é um indicativo da autonomia e da capacidade de interação social que os dispositivos móveis podem proporcionar. Além disso, a habilidade para enviar fotos e utilizar a câmera do aparelho abre portas para a expressão pessoal e o compartilhamento de experiências, fortalecendo laços sociais e promovendo a inclusão digital.

A competência em acessar e navegar na internet foi universal entre os participantes, revelando que, apesar da idade, existe uma capacidade e interesse em interagir com o vasto mundo online. Esse acesso permite que as pessoas idosas se mantenham informados sobre eventos atuais, gerenciem sua saúde e até mesmo se envolvam em atividades de lazer como jogos e vídeos. No entanto, apenas um dos entrevistados relatou saber como acessar e usar e-mails, o que pode indicar uma área onde mais treinamento e suporte são necessários. O e-mail é uma ferramenta fundamental para comunicações formais e pode ser essencial para acessar vários serviços online, incluindo governamentais e de saúde.

No entanto, essa transição para o mundo digital não é isenta de desafios. Para muitas pessoas idosas, há barreiras significativas, como a falta de familiaridade com a tecnologia, dificuldades de visão ou de destreza manual e preocupações com a privacidade e segurança online. Além disso, a disparidade no acesso às tecnologias, que pode ser exacerbada por fatores socioeconômicos, pode impedir algumas pessoas idosas de se beneficiarem plenamente do mundo digital. Programas de treinamento personalizados, interfaces intuitivas e suporte técnico acessível são cruciais para superar essas barreiras e assegurar que todas as pessoas idosas possam usufruir das vantagens que as NTICs oferecem.

Redes sociais são um elemento particular da vida digital que tem o potencial de melhorar significativamente o bem-estar das pessoas idosas. Três dos

entrevistados sabiam como acessar plataformas de redes sociais, o que sugere uma janela de oportunidade para o fortalecimento de comunidades e a redução da solidão entre a população idosa. As redes sociais não só proporcionam um meio de manter contato regular com familiares e amigos, mas também oferecem caminhos para se conectar com novas pessoas, grupos de interesse e comunidades de apoio, algo que é especialmente valioso para aqueles que podem estar geograficamente ou fisicamente isolados.

É essencial, portanto, que haja um esforço conjunto entre formuladores de políticas públicas, organizações de serviço social e a indústria tecnológica para promover a inclusão digital dos idosos. Investimentos em infraestrutura de internet, programas educativos focados na terceira idade e a criação de dispositivos adaptados às necessidades ergonômicas dos idosos são medidas que podem impulsionar ainda mais a integração desse público ao universo digital. Com o comprometimento adequado, a tecnologia pode ser uma ponte valiosa, transformando a experiência de envelhecer em algo mais conectado, dinâmico e enriquecedor.

7.2 Participantes (n=2)

7.2.1 Caracterização do Perfil (n=2)

Para uma caracterização mais detalhada e ampliada do perfil dos profissionais envolvidos na pesquisa, é essencial que a primeira parte da entrevista se debruce sobre os aspectos multifacetados de suas experiências e qualificações. Este segmento inicial é essencial para capturar a essência de suas qualificações e abordagens metodológicas, além de suas visões sobre a integração das TIC no cotidiano das pessoas idosas. A amostragem de n=2, embora modesta, oferece uma visão importante das perspectivas profissionais dentro do projeto de inclusão Vide Quadro 2:

Quadro 2 – Caracterização dos profissionais da ILPI

Nome	Função no projeto
A	Monitor/a projeto
B	Monitor/a projeto

Fonte: Elaborado pela autora

Os especialistas que lideram o projeto de inclusão digital têm responsabilidades essenciais que transcendem a manutenção rotineira do programa. Eles são encarregados de desenvolver estratégias inovadoras que aumentem o entendimento e a adoção das tecnologias digitais pelas pessoas idosas. Através de uma abordagem pedagógica cuidadosa, eles fornecem apoio crucial, permitindo que os participantes operem dispositivos como smartphones e tablets com confiança e competência. Este suporte é vital para assegurar que as atividades planejadas sejam não apenas acessíveis, mas também significativas para os idosos, promovendo assim uma interação fluente com a tecnologia que é essencial para a vida moderna.

Além disso, a relevância do projeto de inclusão digital é amplamente reconhecida pelos monitores, que veem os avanços tangíveis que ele traz para a vida das pessoas idosas institucionalizadas. Desde sua implementação em junho de 2022, o projeto mostrou-se tão benéfico que foi prorrogado por mais um ano. Atualmente atendendo entre 12 e 15 participantes, foi a própria ILPI que, ao perceber a oportunidade, se propôs a adquirir fundos do CMI. Com um investimento de R\$ 20.000,00, a instituição conseguiu recursos para equipamentos e remuneração dos profissionais, que dedicam duas horas duas vezes por semana para facilitar as sessões interativas. Esses encontros acontecem no refeitório, escolhido pela qualidade do sinal de internet, onde as pessoas idosas engajam-se em atividades digitais sob orientação dos monitores, como navegar na internet e usar redes sociais. Essa iniciativa não apenas combate o isolamento social, mas também estimula a socialização, a cognição e a participação ativa das pessoas idosas em uma sociedade cada vez mais digital.

A antecipação pelo conhecimento digital é palpável entre as pessoas idosas que participam do projeto de inclusão digital:

“Eles ficam esperando o horário do curso, e percebemos a ansiedade em querer aprofundar o conhecimento digital. Claro que há dificuldades, mas também há interesse, e quando conseguem, se sentem importantes”. (B)

Esta declaração ressalta a determinação e a capacidade das pessoas idosas em superar as barreiras para o aprendizado e a interação digital, contribuindo para uma sensação de autoeficácia e relevância no contexto social. As atividades do curso também oferecem uma mudança na rotina dos residentes da instituição, que muitas vezes se encontram isolados:

"Mesmo que eles morem aqui na instituição, muitas vezes ficam dentro de seus quartos, sem se relacionar, e quando tem a aula do curso, eles permanecem na sala, conversam com seus familiares através chamadas de vídeo, isso tem sido muito valioso para nós enquanto equipe" (A)

Essa integração social é crucial, pois não só conecta os residentes com suas famílias, mas também com a comunidade maior, mitigando sentimentos de solidão e marginalização.

Em relação à preferência de dispositivos, os monitores observaram que:

"não houve boa adesão quanto a utilização do computador pelas pessoas idosas, no entanto, a ferramenta tablete tem sido a preferida, inclusive maior do que o celular. Eles preferem sem dúvidas, o tablete. Acredito que seja pelo tamanho da tela, tamanho das letras. Mesmo quem tem o celular, quando vem para a aula prefere que seja utilizado o tablete." (B)

Esta inclinação sugere que a ergonomia e acessibilidade são aspectos críticos na escolha de tecnologia adequada para as pessoas idosas, informando futuras decisões sobre a aquisição de equipamentos e a adaptação de programas de ensino.

A necessidade de atenção aos detalhes do ambiente de aprendizado ficou evidente quando a equipe teve que adaptar-se às preferências sonoras individuais dos participantes:

"Começamos a ter problemas, pois os homens preferem assistir e ouvir os vídeos musicais no Youtube, já as mulheres preferem acessar o Instagram e falar com familiares, e assim um estava atrapalhando o outro, então o projeto adquiriu fones de ouvido, para que cada um tenha a sua privacidade e não atrapalhe o outro." (A)

A solução dos fones de ouvido individuais melhorou a experiência de aprendizado, permitindo que as pessoas idosas se engajem com o conteúdo digital de maneira mais pessoal e focada.

Finalmente, os profissionais do projeto têm observado efeitos extremamente positivos do programa, são unânimes em afirmar que até o momento, foi possível constatar apenas benefícios positivos para as pessoas idosas participantes do projeto, e pretendem com tal resultado, conseguir estimular a participação dos demais residentes, que estejam aptos. O entusiasmo e o apoio contínuo para a extensão do

projeto e a inclusão de mais participantes refletem a crença na importância da inclusão digital para o bem-estar dos idosos. A adição de suporte de organizações privadas demonstra o reconhecimento crescente da relevância social deste empreendimento e a vontade de investir na capacitação digital dos idosos como um meio de enriquecer suas vidas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação foi inspirada a partir da inserção da pesquisadora no espaço de trabalho do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no momento da vivência da pandemia da COVID-19, onde os atendimentos, ações e programas que estavam sendo planejados e desenvolvidos com as pessoas idosas institucionalizadas, foram abruptamente interrompidos, levando a suspensão por tempo indeterminado, o que trouxe reflexões sobre como manter o processo de continuidade na oferta de serviços.

O levantamento teórico para o presente estudo revelou a capacidade de resiliência e adaptação dos idosos institucionalizados diante do isolamento imposto pela COVID-19. As instituições, com suas possibilidades e limitações, tiveram que se reinventar para manter suas operações e projetos, especialmente em um momento em que o contato social dos idosos com familiares e amigos foi severamente restringido.

Na ILPI em estudo, o quadro não foi diferente e a equipe multidisciplinar buscou alternativas para mitigar os efeitos psicológicos negativos causados pela falta de convívio social, com a tecnologia emergindo como um recurso valioso, incluindo um programa de inclusão digital. O acesso a meios digitais se apresentou como uma estratégia promissora para promover o bem-estar emocional e físico desses indivíduos, reafirmando sua dignidade e direitos enquanto sujeitos sociais ativos.

Implementado há cerca de dois anos, o projeto de inclusão digital está em constante evolução, com novas estratégias e adaptações sendo desenvolvidas para engajar os idosos e enriquecer as atividades propostas. Apesar dos desafios e da necessidade de adaptação a mudanças rápidas e inesperadas trazidas pela pandemia, a resposta positiva das pessoas idosas ao projeto indica um futuro promissor. Antes com limitado contato com o mundo externo e maior susceptibilidade a condições como depressão e ansiedade, o envolvimento das pessoas idosas com a tecnologia tem mostrado um impacto benéfico em suas vidas. O uso de dispositivos como tablets e celulares fortalece sua autonomia, permitindo-lhes manter comunicações valiosas, acessar informações, gerenciar finanças pessoais, realizar compras e participar de atividades que fomentam a saúde física, mental e cognitiva. Este estudo, portanto, destaca o papel crucial da inclusão digital para a qualidade de vida das pessoas idosas em instituições de longa permanência.

Alguns resultados do estudo merecem relevância para futuras análises:

- **Participação e Perfil dos Entrevistados:** A participação ativa de cinco pessoas idosas institucionalizadas (55,55% do público inicialmente abordado) evidencia a disposição deste grupo em aderir ao projeto de inclusão digital, com uma representatividade maior do sexo feminino e uma faixa etária média de 72 anos.
- **Adoção das TIC por Mulheres Idosas:** O estudo destaca a necessidade de considerar as barreiras específicas enfrentadas por mulheres idosas na adoção das TIC, como a exposição limitada prévia à tecnologia e estereótipos de gênero, e sugere estratégias como treinamento personalizado e suporte técnico para promover a inclusão digital efetiva.
- **Interesse das pessoas idosas no Aprendizado Digital:** As entrevistas revelam um claro interesse dos idosos na aprendizagem digital e um otimismo em relação ao impacto positivo que a tecnologia pode ter em suas vidas, apontando para a importância da inclusão digital como meio de comunicação, acesso à informação, e continuidade do aprendizado.
- **Impacto Psicossocial da Inclusão Digital:** O projeto de inclusão digital apresentou benefícios significativos na redução do isolamento social, proporcionando aos residentes a oportunidade de manterem contato com familiares e amigos e de participarem ativamente da sociedade durante restrições de contato físico impostas pela pandemia da COVID-19.
- **Preferências Tecnológicas dos Idosos:** A preferência das pessoas idosas por tablets em detrimento de celulares e computadores ressalta a importância da ergonomia e acessibilidade nas escolhas tecnológicas para esse público, sugerindo a necessidade de adaptação dos dispositivos às suas necessidades individuais.
- **Desafios e Soluções no Ambiente de Aprendizado:** A introdução de fones de ouvido individuais para resolver problemas de ruído durante as aulas de inclusão digital indica a necessidade de adaptações ambientais para proporcionar uma experiência de aprendizado personalizada e sem distrações.
- **Percepções Positivas e Expansão do Projeto:** A percepção unânime dos benefícios positivos do projeto pelos profissionais reforça o potencial da inclusão digital em melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas e

impulsiona a expansão do projeto para alcançar um número maior de participantes, com o apoio de organizações privadas reforçando seu valor social.

- **Necessidade de investimento de recursos financeiros e humanos:** Para a implementação de um projeto de inclusão digital, percebe-se a necessidade do apoio de parceiros sociais, que possam acreditar e investir no potencial do projeto, colocando à disposição os recursos necessários, sejam eles humanos e financeiros, potencializando as possibilidades para as pessoas idosas institucionalizadas.

Para aprofundar e expandir o conhecimento acerca da inclusão digital de pessoas idosas institucionalizadas, é crucial que futuras pesquisas se estendam além do escopo deste estudo inicial, englobando uma variedade mais ampla de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Através de uma investigação mais abrangente, seria possível captar uma diversidade maior de experiências e desafios, proporcionando um panorama mais completo sobre as práticas e os resultados da inclusão digital em diferentes contextos institucionais. Resultados como os obtidos neste estudo deveriam servir como catalisadores para a elaboração de políticas públicas robustas, que reconheçam e enderecem as necessidades específicas dos idosos no que tange ao acesso e ao uso eficaz das tecnologias da informação e comunicação. Ao assim fazer, poderíamos não só ampliar a participação social das pessoas idosas em nossa sociedade cada vez mais digitalizada, mas também assegurar que eles continuem a ter uma vida mais autônoma e enriquecida, fortalecendo seu bem-estar emocional e cognitivo. A integração desses dados em decisões políticas refletiria um compromisso com a melhoria contínua da qualidade de vida dos idosos, além de alinhar as práticas institucionais com as tendências tecnológicas contemporâneas e as expectativas sociais emergentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Tatiane Andrade; GUTIERREZ, Beatriz Aparecida Ozello. **Qualidade em Centro-dia para idosos**. Revista Kairós-Gerontologia, 22(1), 611-622, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.23925/2176-901X.2019v22i1p611-622>>. Acesso em 23 de jun. de 2023.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/saloes-tatuagens-creches/instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos>>. Acesso em: 26 de set. 2023.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução - RDC Nº 283, de 26 de setembro de 2005**. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0283_26_09_2005.html>. Acesso em 26 de set. de 2023.

BARDLN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 70, 225, 1997.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, MDS: 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Aprovado o decreto que coloca o País em estado de calamidade pública**. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem n. 93, de 18 de março de 2020a. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/646493-APROVADO-O-DECRETO-QUE-COLOCA-O-PAIS-EM-ESTADO-DE-CALAMIDADE-PUBLICA>>. Acesso em: 10 abr 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022**. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm#art1. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em 26 de set.

2023.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: Senado Federal, 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde – CNS. **Recomendação nº 036, de 11 de maio de 2020**. Recomenda a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (lockdown), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos [Internet]. Brasília: Conselho Nacional de Saúde; 2020. Acesso 12 de abr 2022. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>>. Acesso em 16 de maio de 2023.

BRASIL. **Portaria nº 2.001, de 3 de agosto de 2017**. Altera a Portaria nº 1.555/GM/MS, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2001_15_08_2017.html>. Acesso em: 06 de jul. de 2023.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **As instituições de longa permanência para idosos no Brasil**. Rev. bras. estud. popul. 27(1); 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/s4xr7b6wkTfqv74mZ9X37Tz/>>. Acesso em: 12 de set. 2023.

CNAS. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do SUAS – 2012**. Brasília: CNAS, 2012.

COSTA, E. F. de A. **Análise de soroprevalência para as infecções pelos vírus das hepatites B e C em idosos residentes em asilos no município de Goiânia-GO**. 2004. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2004.

CREUTZBERG, Marion; GONÇALVES, Lusia Takase; SOBOTKA, Emil Albert. **Instituição de longa permanência para idosos: a imagem que permanece**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 17(2): 273-9, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/nnKfpvcXqg89HtTs6yVKwtq/?format=pdf&lang=pt#:~:text=%20O%20termo%20Institui%C3%A7%C3%A3o%20de%20Longa,cl%C3%ADnic a%20geri%C3%A1trica%2C%20ancianato%20e%20similares.>>. Acesso em 16 de ago. de 2023.

DICKINSON, Anna; GREGOR, Peter. **Computer use has no demonstrated impact on the well-being of older adults**. International Journal of Human-Computer Studies, 64(8), 744-753, 2006. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1071581906000346#>>. Acesso em 13 de ago. de 2023.

FLAUZINO, Karina de Lima *et al.* Letramento Digital para Idosos: percepções sobre o ensino-aprendizagem. **Educação & Realidade** [online]. 2020, v. 45, n. 4 [acessado 16 abril 2022], e104913. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236104913>. Epub 02 Dez 2020. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-6236104913>.

FREITAS, Adriana Valéria de Silva; NORONHA, Ceci Vilar. **Elderly people in long-term institutions: speaking about care.** Interface - Comunic., Saude, Educ., v.14, n.33, p.359-69, abr./jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/MCxRm8hNMvS4thK7Fx9J3gt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 de jul. de 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Henrique. **The elderly and the digital inclusion: A brief reference to the initiatives of the European union and Portugal.** MOJ Gerontology & Geriatrics, v. 4, n. 6, p. 213-221, 2019.

GONÇALVES, Maria Eduarda Araújo. Processos de significação de idosos sobre sua transição do lar para instituições de longa permanência (ILPI). Dissertação (Mestrado em Psicologia) apresentada a Universidade Federal de Pernambuco, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/34442/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Maria%20Eduarda%20Ara%c3%baajo%20Gon%c3%a7alves.pdf>>. Acesso em: 17 de jul. de 2023.

HAMMERSCHMIDT, KS de A; SANTANA, RF. Saúde do idoso em tempos de pandemia Covid-19. **Cogitare enferm.** [Internet]. 2020 [acesso em 15 de abr. de 2022]; 25. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.72849>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo Pessoas de 60 anos ou mais de idade Resultados do universo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Rio de Janeiro, IBGE, 2023 b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012.** Agência IBGE notícias, 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>>. Acesso em 08/11/2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (características gerais dos domicílios e moradores),** 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021.** Agência IBGE notícias, 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>>. Acesso em: 7 de jul. 2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **As tecnologias da informação podem revolucionar o cuidado com a Saúde?** Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/107-as-tecnologias-da-informacao-podem-revolucionar-o-cuidado-com-a-saude>>. Acesso em 08 de nov. de 2023.

LEON, Lucas Pordeus. **Cerca de 70% dos idosos não se sentem seguros na internet, diz estudo.** Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2022-09/70-dos-idosos-nao-se-sentem-seguros-na-internet-diz-pesquisa>>. Acesso em: 16 de jun. de 2023.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MATOS, Abraao Danziger de; SANTOS, Adelcio Machado dos; TAKENOUCI, Luiz Eduardo; et al. As novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) na Educação. IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS), v. 28 (4): 2023. Disponível em: <<https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.28-Issue4/Ser-4/A2804040108.pdf>>. Acesso em: 08 de nov. de 2023.

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., SEGATA, J. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil:** populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOL, A. **The Logic of Care:** health and the problem of patient choice. New York: Routledge, 2008.

MORENO, A.B., MATTA, G.C. Covid-19 e o dia em que o Brasil tirou o bloco da rua: acerca das narrativas de vulnerabilizados e grupos de risco. In: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, pp. 41-50. Informação para ação na Covid-19series.ISBN:978-65-5708-032-0.<https://doi.org/10.7476/9786557080320.0003>. Acesso em 11 abr 2022.

OLIVEIRA, Jaine Melo; ROSENDO, Janine Melo. **Instituição de longa permanência para idosos: um lugar de cuidado para quem não tem opção?** Rev Bras Enferm. 67(5):773-9, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/DPXpTZyHCYNTtdbxFDyrX6j/?format=pdf&lang=pt>> . Acesso em: 26 de set. 2023.

OLIVEIRA, T. C. *et al.* (In) Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. **Cadernos de Saúde Pública**, 36: e00055220, 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/40673/2/Inseguranca_alimentar_covid19.pdf. Acesso em: 8 fev. 2022.

OPALINSKI, Laural. **Older Adults and the Digital Divide: Assessing Results of a Web-Based Survey.** Journal of Technology in Human Services, 18:3-4, 203-221, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J017v18n03_13>. Acesso em: 21 de ago de 2023.

OPAS - Organização Pan Americana da Saúde. **Regulamento Sanitário Internacional RSI**, c.2020. Página Inicial. Disponível em <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 8 de abr.de 2022.

PEDRO, Wilson José Alves; OGATA, Márcia Niituma; FRIZZO, H.C.F; FRUNIVAL, A. C. ; ORLANDI, B. D. M. **Acesso e uso de Novas Tecnologias da Informação e Comunicação para a promoção do envelhecimento ativo: para quê? Para quem?** In: André Pereira Neto, Matthew B. Flynn. (Org.) Internet e saúde no Brasil (recurso eletrônico). Tendências e desafios. 1ª ed. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2021, v.1, p. 212-237. Disponível em: <<https://www.culturaacademica.com.br/catalogo/internet-e-saude-no-brasil/>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

PINHEIRO, Guilherme. **IPESPE: pesquisa aponta que 70% dos idosos não se sentem seguros na internet.** Mundo Conectado Notícias. Disponível em: <<https://www.mundoconectado.com.br/noticias/ipespe-pesquisa-aponta-que-70-dos-idosos-nao-se-sentem-seguros-na-internet/>>. Acesso em 19 de set. de 2023.

ROCHA, Rosana Oliveira. **Uso de tablets como ferramenta facilitadora em projetos de inclusão digital de idosos.** Dissertação (Mestrado em Design). Bauru: UNESP, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/5bccef1f-a79c-49e2-8be3-7a82050d4946/content>>. Acesso em 03 de set. 2023.

RODRIGUES, A. G.; SILVA, A. A. A rede social e os tipos de apoio recebidos por idosos institucionalizados. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 159- 170, Mar. 2013.

SALES, M.B.; MAZZALI, B.R.; AMARAL, M.A.; ROCHA, R.G.O.; BRITO, R. **Inclusão digital de pessoas idosas: relato de experiências de utilização de software educativo.** Revista Kairós Gerontologia, 17(4), pp.63-81, 2014. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/23457>>. Acesso em: 16 de set. de 2023.

SILVA, Daniela Soares da; DOURADO, Simone, Pereira da Costa. **Envelhecimento feminino e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação**. Anais do VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2021. Disponível em: <<http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1016/992>>. Acesso em 09 de nov. de 2023.

SILVA, Ketia; BEHAR, Patrícia. **Competências Digitais na Educação: uma discussão acerca do Conceito**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 35, e209940, 2019.

TRAD, Leny A Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online]. 2009, v. 19, n. 3 Acessado 16 Abril 2022, pp. 777-796. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>>. Acesso em 21 de maio de 2023.

USP. Universidade de São Paulo. **Dados do IBGE revelam que o Brasil está envelhecendo**. Jornal da USP, 2023. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-revelam-que-o-brasil-esta-envelhecendo/>>. Acesso em 14 de ago. de 2023.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Rev SOCERJ. 20(5):383-386, 2007. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf>. Acesso em: 11 de jul. de 2023.

VERDÉLIO, A. **Primeira morte por Covid-19 no Brasil aconteceu em 12 de março**. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

VIEIRA, E.B. **Instituições geriátricas: avanço ou retrocesso?** Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

WHITE, H., MCCONNELL, E., CLIPP, E., BRANCH, L.G., SLOANE, R., PIEPER, C., & BOX, T.L. **A randomized controlled trial of the psychosocial impact of providing internet training and access to older adults**. Aging & Mental Health, 6(3), 2022. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13607860220142422>>. Acesso em: 20 de jul. de 2023.

ZANLUQUI, Ana Carolina Miani. **Os princípios éticos e o trabalho da/o assistente social nos centros de referência de assistência social**. 2021. 101 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) - Instituto de Saúde e Sociedade,

Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2021.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMISTRUTURADA – PROFISSIONAIS

Parte A1

Identificação da ILPI

- Nome:
- Ano de criação:
- Endereço:
- Número de funcionários:
- Número de beneficiários:
- Informações sobre Projetos desenvolvidos
- Informações sobre Projetos de Inclusão Digital

Parte A2

Perfil do profissional

Identificação da equipe técnica

- Nome do responsável/gestor:
- Cargo/ Função no projeto:
- Sexo:
- Responsabilidades e atribuições do profissional junto ao projeto:
- Nome da organização/instituição/empresa mantenedora do projeto:

Parte A3

Percepções do Projeto de Inclusão Digital

Informações sobre o projeto de inclusão digital:

- Descrição/justificativa do projeto:
- Ano de implantação e término:
- Como se deu escolha pela ILPI? (Breve histórico)

- Metodologia/dinâmica do projeto
- Atores/setores/parceiros envolvidos no projeto:
- Uso de tecnologias (quais?):
- Quais são os objetivos e metas?
- Dificuldades/desafios do projeto.
- Formas/meios de divulgação:
- Relação do projeto com o envelhecimento ativo:

Informações sobre o público-alvo

- Público-alvo:
- Formas de participação com o projeto:
- Benefícios do projeto gerados para o público-alvo:
- Desafios/dificuldades percebidos pelo público-alvo:

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMISTRUTURADA – RESIDENTES

Data de início do curso:

Nome:

Idade:

Estado civil:

Há quanto tempo vive na ILPI:

Escolaridade:

Expectativas

- 1) O que a inclusão digital representa para você?
- 2) O que o motivou a se interessar pelo projeto de inclusão digital?
- 3). Quais suas maiores dificuldades, em relação as novas tecnologias?
- 4). Como vê a inclusão digital, no contexto atual?
- 5). Quais as suas expectativas em relação a este (novo) aprendizado?

Data de término do curso:

Habilidades conquistadas

- 1). Possui domínio do uso celular? () sim () não
- 2). Sabe acessar as redes sociais através do celular? () sim () não
- 3). Qual a rede social de sua preferência? () sim () não
- 4). Consegue digitar números, palavras e frases nas mensagens de texto? () sim () não
- 5). Consegue apagar ou deletar o que escreveu nas mensagens de texto? () sim () não
- 6). Consegue enviar fotos e imagens? () sim () não
- 7). Consegue abrir a câmera para vídeo chamada? () sim () não
- 8). Consegue acessar a Internet? () sim () não
- 9). Consegue acessar site na Internet e navegar nele? () sim () não
- 10). Consegue acessar e-mail, abrir arquivos anexos e enviar outro e-mail? () sim () não
- 11). Quais são teus interesses, necessidades e dificuldades na aprendizagem digital?

12). Qual o significado da inclusão digital em tua vida?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PROFISSIONAIS

(Resolução CNS 510/2016)

PERCEPÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA

Eu, **CLÁUDIA ANDREA BARBOSA**, estudante do curso de Pós-graduação em Gerontologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o (a) convido a participar da pesquisa “**PERCEPÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA**”, orientada pelo Prof. Dr. **WILSON JOSÉ ALVES PEDRO**.

Prezado (a) participante:

- Você está sendo convidado (a) a responder a participar de uma Entrevista de forma totalmente voluntária.
- Antes de concordar em participar desta pesquisa é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- Os pesquisadores deverão responder a todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar.
- Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Trata-se de uma dissertação de Mestrado realizada pela estudante de do Programa de Pós-graduação em Gerontologia Claudia Andrea Barbosa, sob orientação do professor Dr. Wilson José Alves Pedro, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tal pesquisa tem como “realizar um estudo de caso sobre as percepções de inclusão digital de profissionais e residentes de uma ILPI”

Justificativa:

Escolha do Participante: Você foi selecionado (a) por participar deste estudo pela sua atuação em uma ILPI que desenvolve um programa de inclusão digital para as

pessoas idosas.

Procedimentos: Primeiramente, você será convidado (a) a participar de uma entrevista semiestruturada elaborada pela pesquisadora com tópicos sobre o seu perfil, seguido de aspectos que envolvem o tema deste estudo. Tal instrumento será aplicado presencialmente, no dia e horário de acordo com a sua disponibilidade. Você poderá se recusar a responder as perguntas que considerar constrangedoras.

Riscos: Os riscos são mínimos. As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações e constrangimento e intimidação, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientá-la e encaminhá-la para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Benefícios: Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Gerontologia, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades. O pesquisador realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Participação voluntária: sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Estima-se no máximo 60 minutos para sua entrevista. Solicita-se sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista e serão transcritas pela pesquisadora, garantindo que se mantenha o mais fidedigno possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações.

Não há previsão de deslocamentos dos participantes durante o processo de coleta de dados. Você receberá assistência imediata e integral e terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma cópia deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)** da UFSCar que está vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisa - CONEP e funciona na sede da Pró-reitora de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres hu Página 2 de adas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Prof. Dr. Wilson José Alves Pedro

Endereço: Departamento de Gerontologia - Rodovia Washington Luiz, Km 235, CEP 13.563-570, São Carlos/SP

Contato telefônico: (16) 997555556

E-mail: wilsonpedro@ufscar.br

Ciência do participante (sujeito da pesquisa):

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto pela pesquisadora, eu _____, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Ribeirão Preto, ____/____/____

Assinatura do participante da pesquisa

Ciência dos Pesquisadores responsáveis:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 510/2016 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma cópia deste documento ao participante. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Assinatura da responsável pelo projeto

Assinatura do Orientador

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RESIDENTES

(Resolução CNS 510/2016)

PERCEPÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA

Eu, **CLÁUDIA ANDREA BARBOSA**, estudante do curso de Pós-graduação em Gerontologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o (a) convido a participar da pesquisa “**PERCEPÇÕES SOBRE A INCLUSÃO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA**”, orientada pelo Prof. Dr. **WILSON JOSÉ ALVES PEDRO**.

Prezado (a) participante:

- Você está sendo convidado (a) a responder a participar de uma Entrevista de forma totalmente voluntária.
- Antes de concordar em participar desta pesquisa é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- Os pesquisadores deverão responder a todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar.
- Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Trata-se de uma dissertação de Mestrado realizada pela estudante de do Programa de Pós-graduação em Gerontologia Claudia Andrea Barbosa, sob orientação do professor Dr. Wilson José Alves Pedro, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Tal pesquisa tem como “realizar um estudo de caso sobre as percepções de inclusão digital de profissionais e residentes de uma ILPI”

Justificativa:

Escolha do Participante: Você foi selecionado (a) por ter 60mais anos, estar residente em uma instituição que que desenvolve um programa de inclusão digital

para as pessoas idosas.

Procedimentos: Primeiramente, você será convidado (a) a participar de uma entrevista semiestruturada elaborada pela pesquisadora com tópicos sobre o seu perfil, seguido de aspectos que envolvem o tema deste estudo. Tal instrumento será aplicado presencialmente ou por meio do Google Meet ou WhatsApp, no dia e horário de acordo com a sua disponibilidade. Você tem o direito a escolha da modalidade de participação bem como poderá se recusar a responder as perguntas que considerar constrangedoras.

Riscos: Os riscos são mínimos. As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações e constrangimento e intimidação, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora irá orientá-la e encaminhá-la para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Benefícios: Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Gerontologia, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades. O pesquisador realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Participação voluntária: sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas

do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Estima-se no máximo 60 minutos para sua entrevista. Solicita-se sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista e serão transcritas pela pesquisadora, garantindo que se mantenha o mais fidedigno possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações.

Não há previsão de deslocamentos dos participantes durante o processo de coleta de dados. Você receberá assistência imediata e integral e terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma cópia deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas.

Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)** da UFSCar que está vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisa - CONEP e funciona na sede da Pró-reitora de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres hu
Página 2 de 3
pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail:

conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Prof. Dr. Wilson José Alves Pedro

Endereço: Departamento de Gerontologia - Rodovia Washington Luiz, Km 235, CEP 13.563-570, São Carlos/SP

Contato telefônico: (16) 997555556

E-mail: wilsonpedro@ufscar.br

Ciência do participante (sujeito da pesquisa):

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto pela pesquisadora, eu _____, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Ribeirão Preto, ____/____/____

Assinatura do participante da pesquisa

Ciência dos Pesquisadores responsáveis:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 510/2016 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma cópia deste documento ao participante. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Assinatura da responsável pelo projeto

Assinatura do Orientador